

## **Relatório Analítico do Território do Vale do Rio Vermelho, Goiás**

**Coordenador: Professor Gabriel da Silva Medina**

**Técnico da Célula: Ricardo de Siqueira Camargo**

### **1. Contextualização**

O Território do Vale do Rio Vermelho - GO abrange uma área de 12.040,50 km<sup>2</sup> sendo composto por 16 municípios: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Itaguari, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás, Heitoraí, Itaberaí, Itaguaru e Uruana.

**1.1. Dimensão geográfica** - A população do território em 2010 é de 156.393 habitantes, sendo 33.059 habitantes na área rural e 123.334 habitantes na área urbana. Os dados relacionados ao ano de 2000 onde a população total do território era de 155.830 habitantes mostram um aumento de 0,35% nos dados de 2010, onde os municípios que apresentaram dinâmica positiva na população foram Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Heitoraí, Itaguari, Sanclerlândia e Itaberaí que cresceu significativamente, saindo dos seus 27.879 habitantes para 35.412 habitantes, crescimento de 21%. Os municípios que diminuíram a população foram Guaraíta, Itaguari, Itapuranga, Morro Agudo, Mossâmedes, Taquaral de Goiás, Uruana, Goiás e Itapirapuã onde os dois últimos tiveram perda significativa da população.

**1.2. Dimensão histórica** - O povoamento de Goiás surge com a chamada Vila Boa, sede do governo da capitania no século XVIII. Na região, além da sede do Governo, existiam na época (1760), os arraiais de: Anta, Ouro Fino, Santa Rita, Guarinos, Rio Claro (Iporá), Jaraguá, Meia Ponte, Corumbá e São Francisco das Chagas.

A partir do século XIX com a aproximação, e, posteriormente a chegada das ferrovias ao território goiano, acarretou uma transformação econômica e expansão do povoamento rumo a novas áreas, seja através da fundação ou através da estabilização de numerosos povoados e sítios de lavoura e criação de gado. É nesse contexto que surgem os demais municípios do território rural “Vale do Rio Vermelho”, criados por lei: Buriti de Goiás-1992, Carmo do Rio Verde-1952, Córrego do Ouro (1934), Goiás-1736, Guaraíta-1992, Heitoraí-1963, Itaberaí-1868, Itaguarí-

1988, Itaguarú-1958, Itapirapuã-1958, Itapuranga-1953, Morro Agudo de Goiás-1988, Mossâmedes-1952, Sanclerlândia-1963, Taguaral de Goiás-1963 e Uruana-1948.

**1.3. Economia** - A base da economia desse território é dada pela agropecuária, tendo como carro chefe a bovinocultura de leite e corte. As culturas de soja, cana-de-açúcar e eucalipto encontra-se em franca expansão.

**1.4. Cultura** - A cultura presente relaciona-se aos eventos importantes que acontecem em praticamente todos os municípios do interior de Goiás. Além das festas religiosas, por exemplo, existem as tradicionais feiras e exposições agropecuárias, festas do peão, rodeios, cavalgadas, maratonas, vaquejadas, entre outras.

**1.5. Organizações político institucional** - O Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho conta com diversas instituições que formam o tecido social do território, dentre elas merecem destaque: Prefeituras Municipais, Câmaras Legislativas, Conselhos diversos, Instituições Educacionais, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar, Federações dos Trabalhadores na Agricultura, Associações de Produtores, Cooperativas, Associações Sociais e Culturais, Sindicatos Patronais, Sindicatos Urbanos e Centrais Sindicais, Igrejas, Movimentos Populares, Movimentos Produtores, Clubes de Serviços, Governo Federal, Governo Estadual, ONG's em geral, Instituições Internacionais, Empresas, Movimentos Culturais, Movimentos Esportivos e Comunitários, dentre outros.

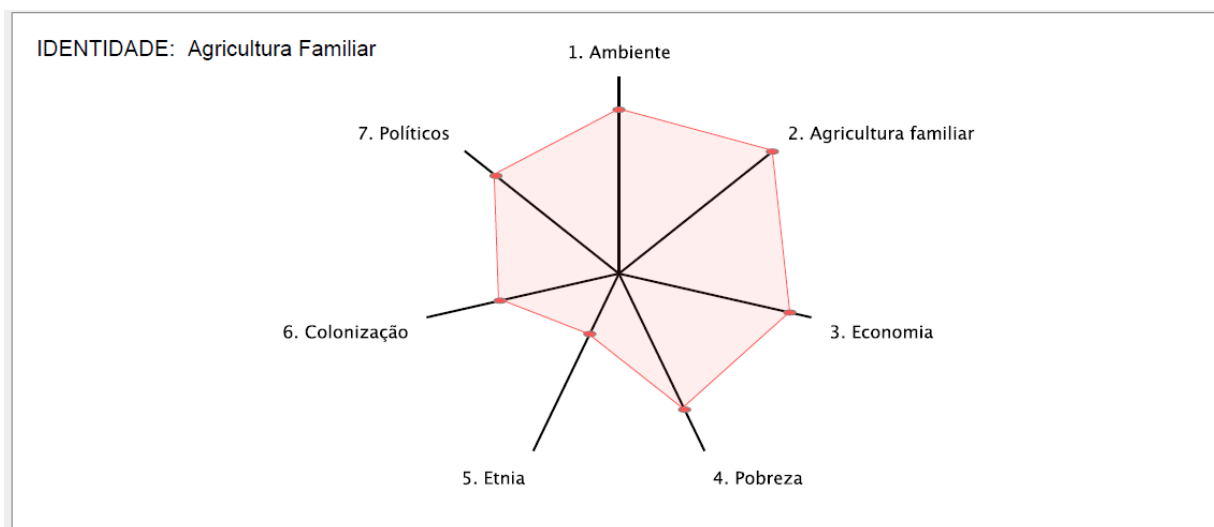
## **2- Identidade**

No resultado da pesquisa institucional aplicada a todos os membros do colegiado identificamos que o elemento investigado de maior aglutinação dentro do território foi a agricultura familiar (Gráfico 1). A economia aparece em segundo lugar, o ambiente, a pobreza e a política estão em terceiro lugar ocupando um mesmo nível entre eles. A colonização e a reforma agrária aparecem em quarto lugar e a etnia fica em último.

Na aplicação do questionário sobre os temas para delimitação do território, visão de futuro, metas e objetivos, características marcantes e processos históricos, quase não houve variação para as pessoas entrevistadas, o grau de importância do aspecto era quase o mesmo para tais

questões. Isto se deve pelo fato de grande parte ao fato dos membros das entidades civis e algumas públicas serem ligadas à agricultura familiar e o foco de discussão do colegiado territorial está dentro do desenvolvimento rural sustentável. Assim o aspecto da agricultura familiar se tornou o fator de coesão social e de delimitação de maior importância para o território na visão dos entrevistados.

Gráfico 1 – Identidade do Território do Vale do Rio Vermelho



Em uma análise mais ampla do território podemos identificar características marcantes que predominam no estado de Goiás como as atividades ligadas ao agronegócio que seriam o eucalipto, cana, milho, soja, laranja e bovinocultura de corte com presença de grandes empresas destinadas a exportação como usinas de álcool e frigoríficos. Esta influência do agronegócio em que ocorre o predomínio de grandes propriedades está ligada ao processo de colonização do estado de Goiás. Isso interfere na organização política da agricultura familiar que tem dificuldade de conseguir políticas municipais e estaduais em seu interesse, fragilizando assim os movimentos sociais ligados aos camponeses.

Contudo a economia e, em particular o agronegócio empresarial, tem importância significativa na identidade do território. Todo o processo de organização, planejamento e aplicação dos recursos municipais, estaduais e federais para o desenvolvimento rural tem como objetivo final fortalecer a renda dos agricultores e gerar subsídios à economia local, regional e territorial. Mas identificamos principalmente por parte do poder público municipal em alguns municípios a

inversão sobre a importância econômica gerada pelo setor rural. Em alguns municípios, setores urbanos têm sido reconhecidos como principais instrumentos de geração de emprego e renda. Com isto a atividade econômica é importante no território, mas há uma divergência entre os gestores públicos sobre este tema, conseqüentemente, um enfraquecimento deste aspecto como fator de coesão e delimitação dentro do território.

Nota-se que o setor rural ligado à agricultura familiar não é valorizado por alguns gestores públicos, pois existem municípios que possuem pequenos processos de industrialização como, por exemplo, confecções, enquanto grandes produtores se relacionam diretamente com a autoridade máxima do município, o prefeito, descartando inclusive seus assessores.

O ambiente, a pobreza e a política estão ocupando um mesmo nível, pois para grande parte dos membros do colegiado não há uma prioridade em relação a esses temas. Sobre o aspecto ambiente há certa demonstração de preocupação, mas ainda não é prioritário dentro da discussão de desenvolvimento rural. O aspecto da pobreza percebeu na aplicação dos questionários que grande parte dos membros afirma que não existe pobreza nestes municípios, mas é importante que se discuta o assunto. Sobre o aspecto da política a maioria dos membros das instituições civis coloca que nas reuniões territoriais não discute política partidária, mas nos municípios a influência é grande.

A reforma agrária não está presente em todos os municípios, enfraquecendo este aspecto para a discussão. Nas plenárias territoriais este tema é apresentado junto da agricultura familiar, não havendo distinção entre o assentado e o agricultor familiar tradicional, acentuando a pouca importância nesse aspecto.

A etnia ficou em último lugar, pois na região quase não existem comunidades tradicionais reconhecidas com representação importante para participar das discussões.

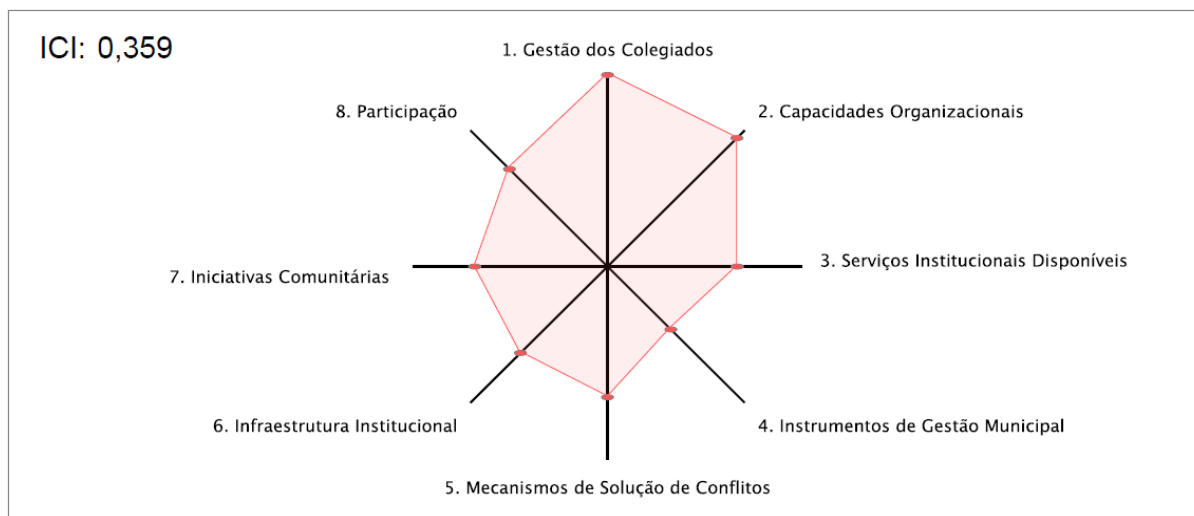
Em relação ao núcleo diretivo do colegiado territorial, que apoiou na elaboração da versão final desse relatório, a cultura e o meio ambiente são temas que começam a ganhar relevância nas discussões devido à necessidade de programas para amenizar a situação ambiental nos municípios.

### **3- Capacidades Institucionais**

### 3.1. Situação das capacidades institucionais dos municípios

O resultado da sistematização dos dados do questionário capacidade institucional, resultou na avaliação alta para a gestão do colegiado e as capacidades institucionais; média para serviços institucionais, mecanismos de solução de conflitos, infra estrutura institucional, iniciativas comunitárias, participação; e baixa para instrumentos de gestão municipal (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Capacidades institucionais



As capacidades institucionais existentes nos municípios são caracterizadas pelas entidades civis e públicas. Os dados sistematizados dos questionários da capacidade institucional foram aplicados a 16 conhecedores dos municípios pesquisados, assim identificou que nos seguimentos sociais de apoio às áreas rurais, possuem forte atuação de associações e cooperativas de produtores, grupos religiosos, sindicatos e em menor atuação os movimentos sociais pela reforma agrária, associação de assentados, grupo de jovens e mulheres, cooperativa de técnicos e a presença de 01 comunidade quilombola.

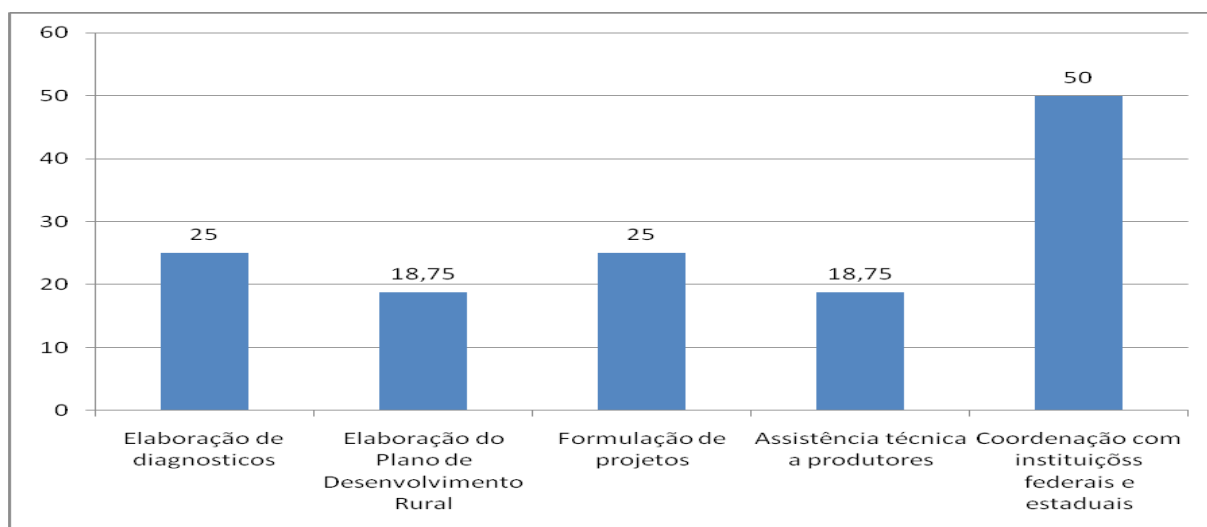
**3.1.1. Entidades civis** - As capacidades institucionais através das entidades civis representadas principalmente pelas associações e cooperativa de agricultores familiares, que estão em maiores números e mais organizadas nos municípios, apresentam fragilidades em suas composições tanto na área humana quanto na estrutura produtiva e econômica. Com isto ocorre reflexo na formação e a atuação nos conselhos municipais, principalmente o CMDR que também interfere na composição do colegiado territorial.

**3.1.2. Entidade de prestação de serviços** - Existem na prestação de serviços tecnológicos 46 empresas entre públicas e privadas. A Emater existe em todos os municípios, porém se apresenta quase sem condições de atendimento em campo uma vez que não possuem infra-estrutura, recursos humanos e recursos para custeio. Apesar disso, tem apoiado o programa territorial fazendo toda a parte técnica e operacionalização dos projetos do território (PROINF). As empresas de ATER privadas são escritórios particulares no município que atuam ganhando porcentagem para elaboração de projetos. Os técnicos das lojas de insumos atuam principalmente vendendo insumos agrícolas.

**3.1.3. Poder público municipal** - O poder público municipal está presente com 10 secretarias de agricultura, 03 secretarias de planejamento e também com a disponibilização de técnicos permanentes em 03 municípios para a atuação na área rural.

As capacidades institucionais públicas principalmente o poder público municipal que é um instrumento da promoção do desenvolvimento territorial, em alguns dos municípios não conseguem assumir este papel, pois há ausências de secretarias importantes e mão de obra qualificada para a elaboração de propostas para desenvolver o meio rural como os diagnósticos para identificar a realidade existente, planos de desenvolvimento, formulação de projetos e assistência técnica (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Funções das secretarias de agricultura (%)



Apesar desta realidade os municípios conseguem acessar projetos de instituições federais e estaduais, principalmente através da política territorial.

Nos conselhos municipais identificamos o conselho de saúde e da criança e do adolescente com atuação em todos os municípios. O CMDRS está funcionando em 14 municípios, o conselho de segurança em 12 municípios, o conselho de meio ambiente em 07 municípios e existem outros conselhos além dos citados.

Sobre o controle realizado pelos conselhos municipais na aplicação dos recursos públicos foi considerado regular. Os membros dos conselhos justificam que a participação dos mesmos não possui poder de discussão, mas somente de aprovação.

### **3.2- A relação das capacidades institucionais com o colegiado e os resultados obtidos**

**3.2.1. Entidades civis** - As entidades do poder civil, como associações, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais e outras, contribuem para a formação dos conselhos municipais e dos membros do colegiado que possuem um papel fundamental para a organização dos beneficiários e a gestão dos equipamentos.

**3.2.2. Entidade de prestação de serviços** - A assistência técnica pública está inserida através de seus técnicos como membro nos conselhos municipais e do colegiado territorial contribuindo na discussão técnica e da elaboração dos projetos, é também usando sua estrutura de transporte para descolamento principalmente dos agricultores para as reuniões ou plenárias.

**3.2.3. Poder público municipal** - O poder municipal está inserido dentro dos conselhos municipais através principalmente das secretarias de agricultura que também participam do colegiado territorial e em alguns casos esta participação ocorre através do prefeito no colegiado territorial. As prefeituras são as entidades executoras dos projetos do PROINF e também o estado teve como executor em alguns projetos.

### **3.3- Resultados obtidos pelos projetos e contribuição para o desenvolvimento territorial**

A relação das capacidades institucionais do poder civil e público com a área rural ocorre através da função de cada instituição que com sua prestação de serviços contribuem para o desenvolvimento territorial.

**3.3.1. Entidades civis** - As entidades civis são responsáveis pela organização dos agricultores familiares que através dela proporciona acesso as políticas públicas, assistência técnica, comercialização e organização de classe. Assim contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento territorial

**3.3.2. Entidade de prestação de serviços** - A entidade de assistência técnica contribui na organização, gestão dos equipamentos e fiscalização quanto ao uso se esta de acordo das decisões dos conselhos municipais e do colegiado territorial. A assistência técnica pública estadual apesar de estar com a sua estrutura física e humana deficitária sua contribuição é essencial para o desenvolvimento da política territorial.

**3.3.3. Poder público municipal** - O poder municipal são os executores dos projetos que repassam através de termo de compromisso com as entidades civis dos agricultores familiares, os equipamentos para a sua utilização. Em algumas situações a prefeitura é também a gestora de tal bem. Sendo responsável pela gestão e manutenção do equipamento.

Os projetos implantados nos municípios do território fizeram com que o poder municipal adequasse sua estrutura para acessar recursos federais.

A maioria dos projetos oriundos de recursos via território foram destinados ao beneficiamento e armazenamento de produtos gerando um processo de comercialização e inserção de mercado.

Em relação a mercado constatou a presença de acordos entre produtores e empresas nos municípios, porém sem assessoramento sobre informações comerciais e de mercado o que de certo modo fragiliza tais negociações. A existência de acordos de venda da produção entre produtores do município e organizações para comercialização ocorreu em 09 municípios.

O poder público possui grande importância para a promoção do desenvolvimento territorial, pois é responsável por várias ações no meio rural e através das secretarias municipais diagnosticamos algumas parcerias que ocorrem em maior proporção como o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, produtivos e assistência social, e sendo em menor escala projetos culturais e ambientais.

A prestação de serviços na regulamentação ambiental descreve que em 10 municípios não foi tomada nenhuma medida, em 04 municípios trabalhou o ordenamento do uso do solo, em 03



municípios há o regulamento para o manejo de resíduos e o regulamento do uso de produtos perigosos, instrução de monitoramento e avaliação do patrimônio ambiental de atividades produtivas não foi trabalhado em nenhum município.

As funções desenvolvidas pela secretaria da agricultura nos municípios em maior escala foi a coordenação com instituições federais e estaduais e em menor escala a elaboração de diagnósticos, planos de desenvolvimento rural, formulação de projetos e assistência a produtores rurais.

Em relação a mercados, identificou que as informações comerciais e de mercado nos municípios são disponibilizados principalmente pelos órgãos de assistência técnica, e em menor escala pela prefeitura, informações digitais, internet e cooperativas.

As estruturas existentes nos municípios para atividades culturais predominaram a presença dos salões de festas, em menor número as casas de cultura, teatros e cinemas. .

Há parcerias dos municípios com os produtores em projetos de infraestrutura, produção, sociais, mas quase não existem projetos culturais e ambientais.

O representante do MDA cita que as instituições de classe dos agricultores familiares possuem baixo poder de intervenção, pois não possuem consciência de classe como exemplo o movimento sindical que perdeu seu vínculo com a luta de classe. O governo estadual não possui uma política agrícola para a agricultura familiar e não reconhece a mesma como instrumento de desenvolvimento para o estado.

#### **4-Gestão dos colegiados territoriais**

Sobre a Gestão dos Colegiados Territoriais foi desenvolvida uma pesquisa com 62 membros do colegiado territorial do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho cuja metodologia de aplicação de questionário foi a coleta de dados e a sistematização das informações sobre organização, gestão, correlação de forças políticas e desempenho do colegiado.

##### **4.1. Organização**

Sobre a organização podemos identificar que 48 % dos entrevistados reconhecem o trabalho do assessor técnico e 33% não reconhecem. Sobre a organização do Território da Cidadania do Vale

do Rio Vermelho os dados acima apresentados colocam que metade dos membros do colegiado reconhece o trabalho do assessor técnico demonstrando atuação do núcleo diretivo para concretizar o convênio deste profissional para assessoramento aos membros e núcleo diretivo do território.

Em relação á frequência das plenárias (reuniões periódicas que discutem ações inerentes ao Território), 22% definiram que ocorrem mensalmente, 29% a cada 02 meses e 24% dizem ser a cada 3 a 4 meses..

No tocante a seleção e a eleição dos membros do colegiado 51% definiram como convite direto as organizações selecionadas. A forma de seleção e eleição desempenhado pelo colegiado, predomina o convite direto as organizações selecionadas com frequência de plenária mensal, a cada 2 meses e 3 a 4 meses. Este período de tempo das plenárias esta relacionado a urgência que o núcleo diretivo especifica para a discussão de determinado tema.

A comunicação utilizada pelo colegiado para informar suas ações e decisões à comunidade definiu que 64% são através da internet e 48% da comunicação é pessoal (de boca a boca). A comunicação predominante entre os membros do colegiado é via internet e também comunicação pessoal. Isto se deve ao baixo custo deste tipo de comunicação.

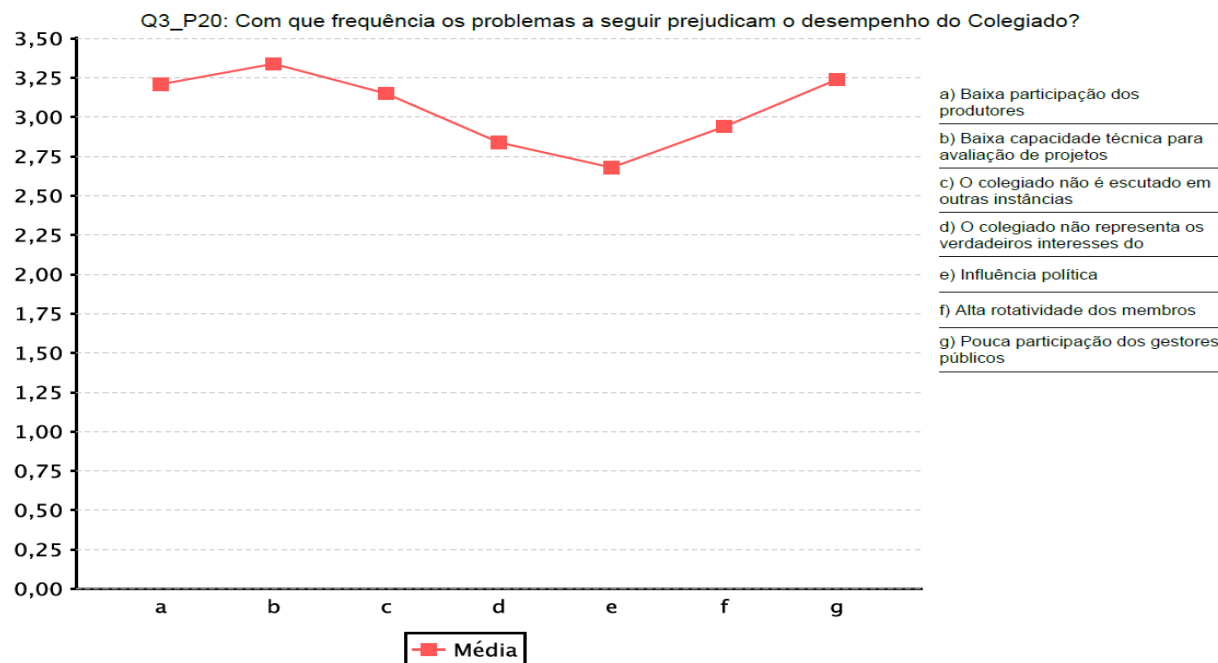
#### **4.2. Gestão social**

Em relação à gestão social, os problemas mais graves que prejudicam o desempenho dos colegiados são a baixa participação dos produtores, a baixa capacidade técnica para avaliação de projetos, a alta rotatividade dos membros e a pouca participação dos gestores públicos.

Na Gestão social alguns problemas encontrados foram à baixa participação dos agricultores nas discussões. Isto se deve a dificuldade dos produtores de deixar as atividades produtivas em suas propriedades impedindo a sua participação maciça nas plenárias (Gráfico 4). Outro fator se refere á dificuldade dos agricultores no deslocamento para as reuniões (Falta de transporte e recursos para custear o deslocamento). Também definiu como ponto negativo a baixa capacidade técnica para avaliação de projetos que está ligada a formação de grande parte dos membros do colegiado que possui deficiência neste tema. A alta rotatividade dos membros se deve aos representantes das entidades civis e públicas que possuem um período de tempo para a sua gestão. E por último

a baixa participação dos gestores públicos onde alguns não possuem políticas municipais específicas para o meio rural e por isto não conseguem inserir o programa territorial dentro de um planejamento para um desenvolvimento rural.

Gráfico 4 – Problemas que prejudicam o desempenho do colegiado



O papel desempenhado pelo colegiado na elaboração do diagnóstico territorial infere que 61% participaram das oficinas de discussão para a sua formação, 46% participam da concepção e elaboração, e 30% participaram da revisão.

Em relação às fases de elaboração do PTDRS, que inicia no diagnóstico até a revisão e aprovação do plano, grande parte dos membros do colegiado dizem participar na sua construção, indicando conhecimento sobre este tema que se faz indispensável para o sucesso do programa territorial. O objetivo do PTDRS é identificar as realidades sociais, econômicas, culturais e ambientais dos Territórios, apontar as demandas e ações estratégicas para o desenvolvimento dos Territórios e, além disso, ser um instrumento de apoio à gestão social dos Colegiados Territoriais e poder estimular um novo modelo de desenvolvimento.

O papel do colegiado territorial na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) coloca que 51% participaram das oficinas de discussão para sua formação, 58% participou na concepção e elaboração e 21% participou da revisão.

O mecanismo para tomada de decisões no colegiado coloca que 80% dos entrevistados fazem votação por maioria, 27% acordos por consenso. As decisões do colegiado foram definidas por votação por maioria e a utilização de acordos por consenso.

No que se refere às ações desenvolvidas pelo colegiado na gestão dos projetos coloca-se que 48% dos entrevistados atuaram na análise de viabilidade técnica, 48% na avaliação interna de mérito, 50% na priorização e seleção com base em critérios, 12% disponibilização de especialista nas áreas de projeto. A metade dos membros do colegiado colocou que as ações desenvolvidas por eles na gestão dos projetos de desenvolvimento territorial houve a análise de viabilidade técnica, a avaliação interna de mérito e a priorização e seleção com base em critérios, e em menor grau a disponibilização de especialistas nas áreas de projeto

Em relação à capacitação, os membros do colegiado colocaram que 32% dos entrevistados obtiveram capacitação em desenvolvimento territorial, 22% em elaboração de planos de desenvolvimento, 19% em organização, 46% em elaboração de projetos, 32% em planejamento participativo, 1,6% gestão de conflitos, 8% em monitoramentos e avaliação, 16% controle social, 12% planejamento estratégico. A capacitação dos membros do colegiado recebeu em maior escala em elaboração de projetos, planos de desenvolvimento, desenvolvimento territorial e planejamento participativo, e em menor escala controle social, planejamento estratégico, monitoramento e avaliação e gestão de conflitos. Os temas mais citados esta relacionado a maior demanda de discussão e ligado aos recursos do PROINF e de outros recursos. Assim o maior investimento em capacitação foi para projetos porque o através do programa territorial a captação de recursos e por meio de projetos.

### **4.3. Correlação de forças políticas**

Sobre este tema o resultado da pesquisa definiu que a capacidade de decisão dos membros do colegiado coloca com maior influência nas decisões respectivamente os agricultores familiares,

representantes de associações e sindicatos, representantes dos movimentos sociais e do governo federal e em menor grau de influência os representantes do governo estadual, governo municipal, representantes de entidades colegiadas e organizações não governamentais. Sobre as correlações de forças existentes nos membros do colegiado há o predomínio das entidades civis em maior atuação dentro do colegiado demonstrando apesar dos problemas citados anteriormente existe uma organização destes grupos e um entendimento da importância do programa territorial como instrumento de desenvolvimento regional e seria uma forma de acessarem benefícios para suprirem a falta de capital em investimentos em fases das cadeias produtivas.

A prioridade do território pelas organizações da sociedade civil se dá também pelo fato de que esse é um dos poucos espaços públicos de discussão e decisão estratégica acessível aos agricultores e suas organizações representativas no espaço do território. Espaço que eles têm acesso para discutir e acessar as políticas públicas, principalmente federais.

Na opinião do núcleo diretivo sobre este tema foi destacado que a dimensão que o programa territorial da cidadania abrange é incompatível com a realidade de trabalho oferecida ao mesmo como a falta de infraestrutura, recursos disponíveis. Também identificam a necessidade de reestruturação da composição do colegiado com a diminuição do número de membros que hoje esta em torno de 125 entidades civis e públicas. Sugerem ainda a formação das câmaras técnicas para absorver principalmente os técnicos que estão como membros do colegiado territorial.

## **5 – Avaliação de projetos**

Esta pesquisa foi feita através de 37 projetos oriundos de recursos do PROINF disponibilizados para 15 municípios de Goiás onde gerou a aplicação de 111 questionários envolvendo a entidade executora, beneficiários e os membros do colegiado.

### **5.1. Tipologia de projetos priorizados**

Podemos identificar nos resultados dos dados obtidos, que os objetivos principais dos projetos foram a geração de renda, redução da pobreza e fortalecimento das cadeias produtivas e em menor escala o fortalecimento do cooperativismo, desenvolvimento de novas tecnologias e a gestão social.

As atividades atendidas na execução do projeto foram os produtivos, infraestrutura e em menor escala os projetos sociais, culturais e esportivos.

As atividades apoiadas pelos projetos foram principalmente em infraestruturas ligadas à bovinocultura, comercialização, apicultura, agricultura.

De acordo com listagem de projetos disponibilizados no sistema de monitoramento e avaliação de projetos do PROINF sistematizamos os dados de investimento de acordo com a cadeia produtiva

- Bovinocultura do leite: Foi investido de 2003 a 2009 o valor de R\$ 735.610,38, principalmente em tanques para resfriamento de leite.
- Apicultura: Foi investido de 2003 a 2006 o valor de R\$ 118.549,41 principalmente em construção de casas de apicultura com equipamentos.
- Fruticultura: Foi investido em 2005 o valor de R\$ 64.894,00 em viveiro de mudas.
- Produção de grãos: Foi investido em 2005 no projeto de patrulha mecanizada no valor de R\$ 86.900,00.
- ATER: Foi investido R\$ 33.236,00 em equipamentos.
- Adequação de galpão para secagem açúcar mascavo: Foi investido em 2006 o valor de R\$ 4.737,00.

**Tabela 1- Investimentos do PRONAF estrutura e PROINF**

<b>Cadeia</b>	<b>Período (Ano)</b>	<b>Número projetos</b>	<b>Equipamentos benfeitorias</b>	<b>/ Valor R\$</b>
<b>Leite</b>	2003	05	Resfriador (05)	94.006,06
<b>Leite</b>	2003	01	Fabrica ração (1)	26.599,55
<b>Leite</b>	2004	01	Implemento agrícola, kit de informativa p/bovinos	14.238,88

<b>Leite</b>	2005	08	Resfriadores	169.769,67
<b>Leite</b>	2005	01	Aquisição de motocicleta e botijão de inseminação	12.909,90
<b>Leite</b>	2006	09	Resfriador + ordenhas	02 185.302,43+he t
<b>Leite</b>	2007	01	Apoio a cadeia produtiva	51.512,00
<b>Leite</b>	2009	01	Apoio a cadeia produtiva	103.999,37
<b>Cana</b>	2006	01	Adequação galpão	Morro Agudo
<b>Infra-estrutura e serviços</b>	2004	03	Infraestrutura e serviços	87.216,82
<b>Viveiro de mudas</b>	2005	01	Viveiro de mudas	64.894,09
<b>Apicultura</b>	2003	04	Construção de sala e equipamentos	95.259,81
<b>Apicultura</b>	2006	01	Construção de sala e equipamentos	23.289,60

**Tabela 2- Investimentos na cadeia do leite por projeto**

<b>Cadei</b>	<b>Nº</b>	<b>Quant</b>	<b>Equipamento/Benfeit</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Município</b>	<b>Ano</b>
--------------	-----------	--------------	----------------------------	------------------	------------------	------------

<b>a Projeto</b>						
<b>Leite</b>	0167888-45	1	Tanque resfriador leite 3000 l	29.443,89	Itaberaí	2004
<b>Leite</b>	0183547-43	1	Tanque resfriador leite 1000 l	17.689,60	Itaberaí	2005
<b>Leite</b>	0195442-43	2	Tanque resfriador leite	26.600,00	Itaberaí	2006
<b>Leite</b>	0157099-88	1	Tanque resfriador leite 2000 l	19.615,80	Morro Agudo	2003
<b>Leite</b>	0183543-06	1	Tanque resfriador leite 1000 l	19.362,72	Morro Agudo	2005
<b>Leite</b>	0195441-39	1	Tanque resfriador leite	26.656,99	Morro Agudo	2006
<b>Leite</b>	01195439-98	1	Tanque resfriador leite 3000 l	25.068,75	Uruana	2006
<b>Leite</b>	0177325-44	1	Tanque resfriador leite 1500 l	23.801,95	Buriti Goiás	2005
<b>Leite</b>	0195443-58	2	Tanque resfriador leite	25.741,04	Buriti Goiás	2006
<b>Leite</b>	01835548-58	1	Tanque resfriador leite 1000 l	20.705,42	Guaraíta	2005
<b>Leite</b>	0195445-77	2	Tanque resfriador leite	30.000,00	Guaraíta	2006
<b>Leite</b>	0276131-04	2	Tanque resfriador leite	103.999,97	Guaraíta	2009
<b>Leite</b>	0157106-73	1	Tanque resfriador leite 2000 l	19.530,64	Taquaral	2003
<b>Leite</b>	0195412-89	2	Tanque resfriador leite 1000 l	27.018,80	Taquaral	2006
<b>Leite</b>	0195410-61	2	Tanque resfriador leite	25.782,84	Mossâmedes	2006
<b>Leite</b>	0195409-32	1	Tanque resfriador leite	26.151,00	Itaguari	2006



<b>Leite</b>	0241258-90	2	Tanque resfriador leite	51.512,00	Itaguari	2007
<b>Leite</b>	0157335-41	1	Tanque resfriador leite	26.599,95	Itaguari	2003
<b>Leite</b>	0195440-25	1	Tanque resfriador leite	26.933,84	Itaguaru	2006
<b>Leite</b>	0183546-39	1	Tanque resfriador leite	18.575,79	Itaguaru	2005
<b>Leite</b>	0157089-63	1	Tanque resfriador leite	20.020,00	Heitorai	2003
<b>Leite</b>	0177334-55	1	Tanque resfriador leite 1500 l	23.465,38	Heitorai	2005
<b>Leite</b>	0195444-62	2	Tanque resfriador leite	25.200,00	Heitorai	2006
<b>Leite</b>	0183551-15	1	Tanque resfriador leite 1000 l	20.182,74	Córrego do Ouro	2005
<b>Leite</b>	0157079-47	1	Tanque resfriador leite 2000 l	17.000,00	Córrego do Ouro	2005
<b>Leite</b>	0167883-95	1	Tanque resfriador leite 3000 l	26.052,00	Carmo do Rio Verde	2004
<b>Leite</b>	0157103-49	1	Tanque resfriador leite 2000 l	17.839,62	Sancrelândia	2003
<b>Leite</b>	0177346-99	1	Tanque resfriador leite 1500 l	22.485,70	Sancrelândia	2005
<b>Leite</b>	0177326-59	1	Moto com botijão de inseminação	12.909,90	Córrego do Ouro	2005
<b>Leite</b>	0167884-08	1	Implemento agrícola p/ unidade didatica	9.474,00	Córrego de Ouro	2004
<b>Total</b>		<b>38</b>		<b>735.610,38</b>		

**Tabela 3 - Investimento na cadeia da apicultura por projeto**

<b>Cadeia</b>	<b>Nº Projeto</b>	<b>Quant</b>	<b>Equip/Benf</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Município</b>	<b>Ano</b>
<b>Apicultura</b>	0157092-18	1	Const. sala e equipamentos	20.993,28	Itaberaí	2003
<b>Apicultura</b>	0157095-41	1	Const. sala e equipamentos, cursos	23.582,86	Itapuranga	2003
<b>Apicultura</b>	0157094-36	1	Const. sala e equipamentos	20.834,94	Itapuranga	2003
<b>Apicultura</b>	0195444-62	1	Const. sala e equipamentos	23.350,00	Heitorai	2006
<b>Apicultura</b>	0157080-76	1	Const. sala e equipamentos	29.788,33	Córrego do Ouro	2003
<b>Total</b>		<b>5</b>		<b>118.549,41</b>		

**Tabela 4 - Investimentos na cadeia fruticultura por projeto**

<b>Cadeia</b>	<b>Nº Projeto</b>	<b>Quant</b>	<b>Equip/Benf</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Município</b>	<b>Ano</b>
<b>Fruticultura</b>	0177336-74	1	Equipamentos	42.694,00	Itapuranga	2005
<b>Fruticultura</b>	0177336-74	1	Veículo passeio	22.200,00	Itapuranga	2005
<b>Total</b>		<b>2</b>		<b>64.894,00</b>		

**Tabela 5 - Investimento na cadeia de grãos por projeto**

<b>Cadeia</b>	<b>Nº Projeto</b>	<b>Quant</b>	<b>Equip/Benf</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Município</b>	<b>Ano</b>
<b>Grãos</b>	0200731-69	1	Patrulha mecanizada	86.900,00	Heitorai	2005
<b>Total</b>		<b>1</b>		<b>86.900,00</b>		

**Tabela 6 - Investimento na cadeia da cana por projeto**

<b>Cadeia</b>	<b>Nº Projeto</b>	<b>Quant</b>	<b>Equip/Benf</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Município</b>	<b>Ano</b>
<b>Cana</b>	0195441-39	1	Reforma de galpão p/ açúcar	4.737,00	Morro Agudo	2006
<b>Total</b>		<b>1</b>		<b>4.737,00</b>		

**Tabela 7 - Investimento na ATER por projeto**

<b>Cadeia</b>	<b>Nº Projeto</b>	<b>Quant</b>	<b>Equip/Benf</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Município</b>	<b>Ano</b>
<b>ATER</b>	0167891-92	1	Kit de informatica	2.778,00	Itapuranga	2004
<b>ATER</b>	0167891-92	1	Equipamentos audi visuais	4.735,00	Itapuranga	2004
<b>ATER</b>	0167891-92	1	Veículo popular	20.552,00	Itapuranga	2004
<b>ATER</b>	0167888-	1	Kit de	2.778,00	Itaberaí	2004

	45		informática			
<b>ATER</b>	0167884-08	1	Kit de informática	2.393,00	Córrego do Ouro	2004
<b>Total</b>		<b>5</b>		<b>33.236,00</b>		

Na cadeia do leite, quase 99% dos investimentos foram feitos em resfriadores de leite. Nota-se que nos municípios do Território praticamente não existem projetos ambientais.

Segundo os entrevistados, para a implantação desses projetos foram desenvolvidos capacitação/formação, e em menor escala levantamento de informações, assistência técnica em produção e visitas técnicas. Foram feitos também estudos de mercado de produtos ou serviços ficando em maior escala o estudo de demanda, análise de preços, análise de custos, comercialização, transporte, qualidade do produto e estudo de localização e em menor escala, sanidade dos produtos

As organizações apoiadas pelos projetos são associações informais e em menor número cooperativas (na coleta dos dados considerou a associação informal como a mesma que possui CNPJ).

O resultado da pesquisa mostra que os projetos promoveram acordos entre fornecedores e clientes e em menor escala entre os próprios agricultores e também acordos na cadeia produtiva. A pesquisa também identifica que grande parte dos beneficiários foi informada dos projetos.

As ações desenvolvidas pelos projetos, com o intuito de estimular a competitividade dos produtos, gerou o aumento de produtividade, a incorporação de novas tecnologias e a redução de custos. O monitoramento e a gestão social são feitos através de reunião.

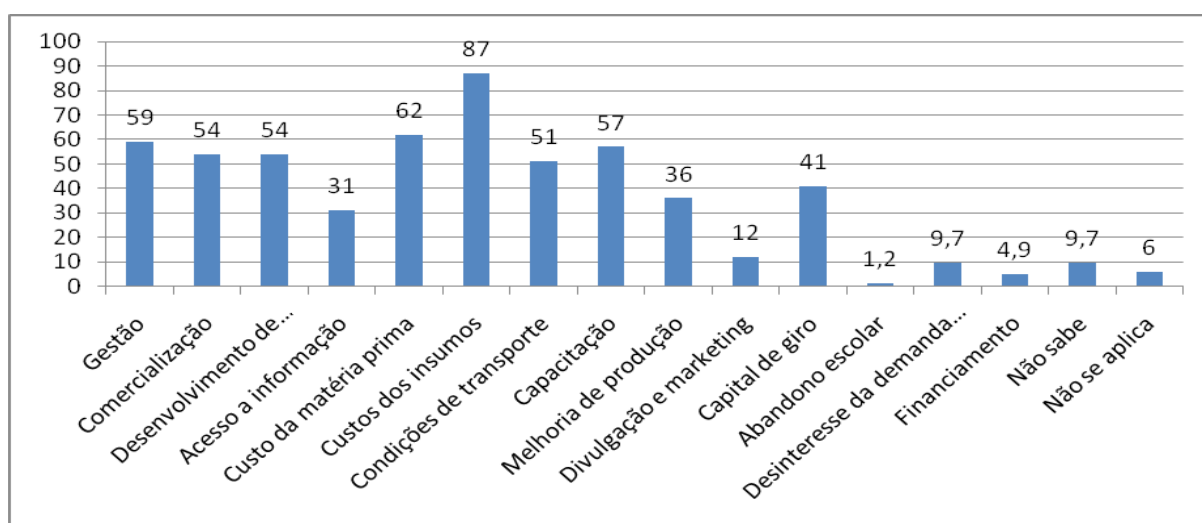
O processo de gestão destacou a ampla participação dos beneficiários e em menor escala no âmbito da prefeitura municipal.

Entre a contratação e o início da operação do projeto o prazo de execução na opinião dos entrevistadores variou de 2 a 6 anos.

## 5.2. Avaliação sobre os efeitos dos projetos

As principais dificuldades para os projetos operarem de forma ideal foram em maior escala os custos dos insumos, custo da matéria prima e gestão, pois os insumos utilizados na produção possuem aumento em contrapartida aos preços dos produtos que variam às vezes para baixo (Gráfico 05).

Gráfico 05 - Dificuldades para operar o projeto (%)



Há parcerias feitas no projeto principalmente com prefeituras e em menor escala com o governo do estado, ONGs, Assistência técnica. Os critérios para eleger os beneficiários dos projetos foram o potencial produtivo, ser agricultor familiar e participação em associações e cooperativas. As instâncias gestoras dos projetos são associações e em menor escala a prefeitura e cooperativas. A manutenção da estrutura existente é garantida através das receitas geradas pelo empreendimento.

De acordo com o diagnóstico levantado podemos concluir que os objetivos centrais dos projetos foram atender a redução da pobreza, geração de renda e fortalecimento das cadeias produtivas.

Os investimentos dos projetos foram principalmente em infraestruturas ligadas à bovinocultura, comercialização, apicultura, agricultura seguindo a orientação do PDRS. O projeto atendeu em

grande parte os agricultores familiares e em menor escala os assentados da reforma agrária, mulheres e jovens.

Sobre as mudanças no território atribuídas à incorporação do projeto destacou o maior acesso a mercados, melhoria da qualidade do produto, aumento da produção primária, melhoria da infraestrutura.

Os impactos promovidos pelos projetos foram identificados em relação à comercialização dos produtos, acordos entre fornecedores e clientes, entre os próprios agricultores e acordos na cadeia produtiva.

Em relação à renda familiar dos beneficiários o projeto contribuiu para um aumento de 35% a 70%. Em termos institucionais os ganhos atribuídos ao projeto produziram alianças entre os próprios agricultores e também entre as instituições do território e a comunidade e entre os diversos atores do território.

Na efetividade dos projetos identificamos que para a definição de critérios dos beneficiários dos projetos foi definido pelo colegiado territorial e a entidade proponente.

De acordo com as opiniões se o projeto atendeu as expectativas dos beneficiários predominaram as respostas: bom e ótimo. As mesmas respostas observadas a respeito da melhoria na qualidade de vida dos beneficiários, após a implantação do projeto.

O atendimento das expectativas deve-se ao cumprimento da Política de Desenvolvimento Territorial do MDA, baseada no crescimento econômico dos territórios rurais, na obtenção da sustentabilidade dos modelos de gestão social e equidade social, no desenvolvimento das oportunidades para segurar a população rural em seus espaços com maior qualidade de vida e melhores possibilidades de desenvolvimento pleno da cidadania, na inserção econômica e na consecução de um modelo de governabilidade que permita o pleno desenvolvimento dos projetos territoriais.

Os projetos também contribuíram para pressionar os gestores públicos a levarem outras políticas públicas para completar as estruturas financiadas pelo PROINF, isto fez que os agricultores promovessem alianças entre eles, às instituições e os diversos atores do território.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDRS) do Território Vale do Rio Vermelho, Goiás, 2006 também colaborou para o sucesso do empreendimento, definindo as metas para o território de 2006/2012 nos investimentos em assistência técnica, bovinocultura de leite, ovinocultura/caprinocultura, apicultura, piscicultura, fruticultura, meio ambiente, associativismo/cooperativismo e comercialização, saúde, educação, artesanato e turismo rural.

Estes projetos envolveram o governo federal, estadual e municipal para a sua implantação através da gestão social formada por entidades civis e públicas dentro da política territorial formada pelo colegiado territorial que foi responsável na criação dos critérios para definição dos beneficiários que estes foram devidamente informados sobre os projetos e são responsáveis pela gestão. Estas informações aproximam da existência de um controle social dos projetos oriundos do PROINF.

O PDRS incentiva o associativismo, cooperativismo e valorização da agricultura familiar. Os beneficiários dos projetos foram analisados em seu potencial produtivo, categoria (agricultor tradicional assentados de reforma agrária), participação em associação e cooperativa, e a influência desta inclusão dentro desses organismos coletivos.

Os investimentos seguiram um planejamento, e beneficiaram os campos seguintes: a capacitação ou formação, levantamento de informações, assistência técnica na produção, visitas técnicas, estudo sobre demanda dos produtos, análise de preços, análise de custos, comercialização, transporte, qualidade do produto e estudo de localização, mas não há no território um estudo complexo sobre as cadeias produtivas de maior ênfase onde isto facilitaria a discussão sobre em qual fase seria a melhor aplicação dos recursos para beneficiar os agricultores familiares.

Outra informação importante sistematizada do questionário está sobre o período de contratação das operações até o início da operação do projeto que constatou que varia de 2 a 6 anos demonstrando um longo período de tempo para todo o processo formal de conclusão do projeto gerando um desgaste do colegiado territorial junto aos beneficiários e um desestímulo principalmente dos órgãos públicos.

Claro que existe fragilidade em algumas fases do processo da política territorial como as estruturas dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável e isto reflete na composição do colegiado territorial enfraquecendo a discussão da gestão social e sua atuação. Mas o que podemos observar é que os recursos estão chegando diretamente aos beneficiários e os mesmos são gestores de tais estruturas promovendo uma melhor valorização econômica de seus produtos incentivando a produtividade e acesso a tecnologia, com isto interferindo em toda a cadeia produtiva promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

Na opinião do núcleo diretivo sobre este assunto foi destacado a importância dos recursos que chegam diretamente aos agricultores familiares que contribuem para um desenvolvimento social e econômico no campo. O núcleo argumenta que parte significativa dos investimentos vai para atividades do meio, como cursos e levantamentos que não trazem benefícios diretos para os agricultores. A sugestão é que sejam priorizados projetos voltados diretamente para os agricultores e população local nos recursos destinados ao território.

E no aspecto negativo está relacionado ao tempo que ocorre a contratação e o início da operação para a execução das obras planejadas nos projetos, devido a burocracia para liberação dos recursos públicos.

Em relação a este tema o representante do MDA coloca que o investimento na cadeia do leite foi melhor aproveitado pois predomina no território. A normativa de coleta do leite e a EMATER influenciaram o investimento em resfriadores. Mas hoje, o território apresenta outras possibilidades para investir, como agroindústrias, utilizando recursos do PRONAF. Sobre os investimentos na cadeia do mel estes foram influenciados por técnicos da EMATER que são apicultores. Esta atividade produtiva não é tradicionalmente desenvolvida pelos agricultores familiares da região, assim as casas de mel implantadas não conseguiram atingir as metas planejadas.

## **6. Índice de condições de vida**

O dados do questionário do ICV (Índice de Condições de Vida) estão divididos em três instâncias: os fatores que condicionam o desenvolvimento, características do desenvolvimento e



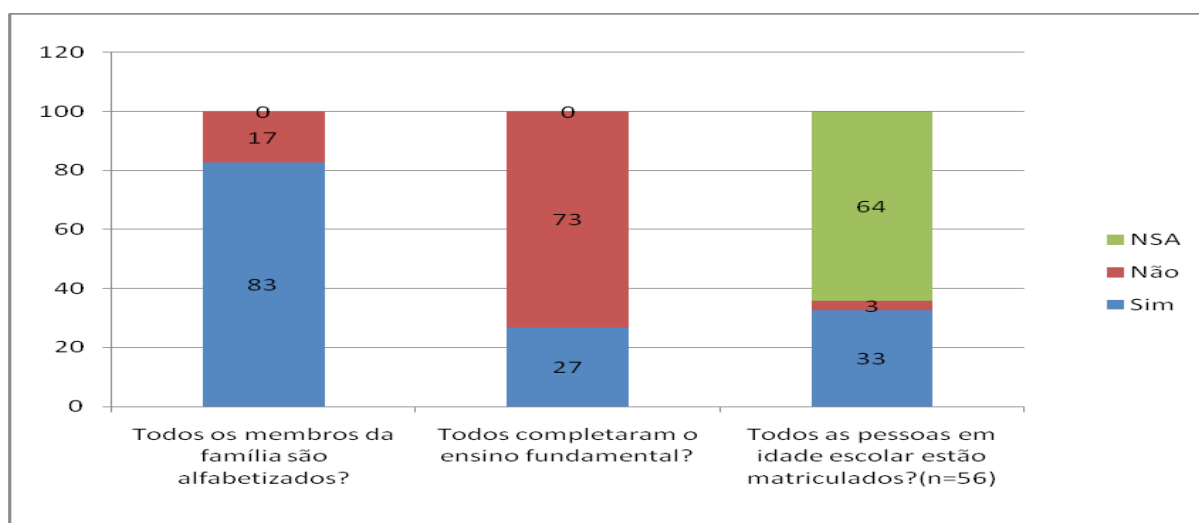
efeitos do desenvolvimento. Busca-se estabelecer a qualidade de vida na percepção das famílias rurais, indicando em que medida a condição percebida se relaciona aos indicadores e objetivos de desenvolvimento. Para tal identificaremos os dados de cada instância do ICV que demonstram tal percepção.

### 6.1. Fatores que condicionam o desenvolvimento

Na instância dos fatores que condicionam o desenvolvimento identificamos a educação, o acesso a bens de consumo, condições de moradia e condições para chegar aos mercados. Em relação a estes fatores pode-se dizer que o estudo revelou como alternativa de desenvolvimento regional a agricultura familiar, que conta com número significativo de agricultores, com produção significativa de alimentos e com situação fundiária e condições de trabalho consolidadas.

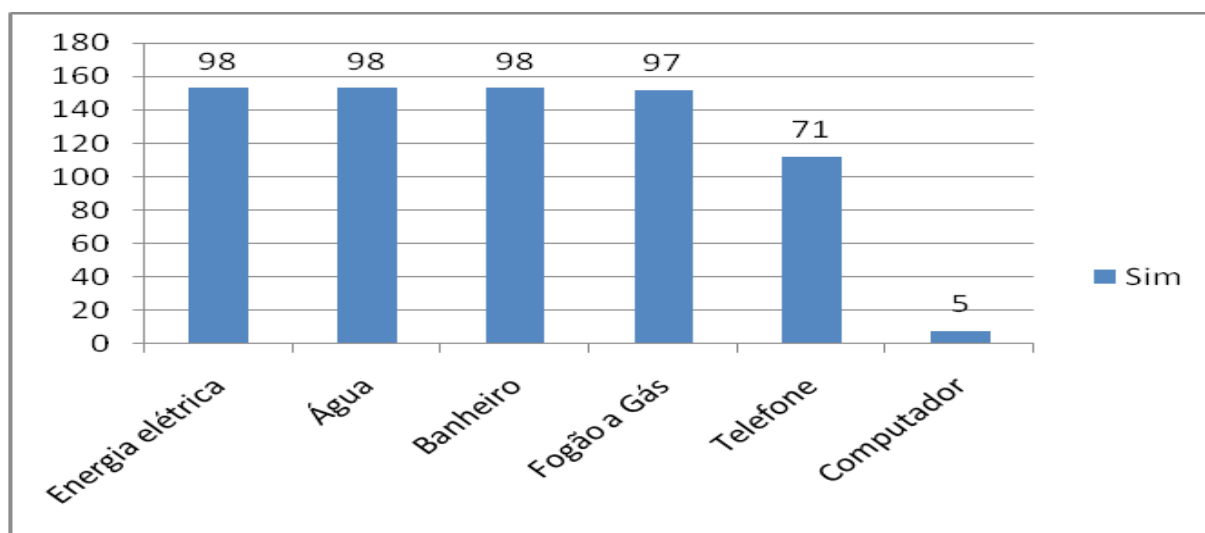
Sobre o acesso dos agricultores familiares a escola , 83% dos membros da família são alfabetizados (Gráfico 06). Em relação ao ensino fundamental apenas 27% dos membros da família completaram. Todas as pessoas em idade escolar que estão matriculados identificamos 33% , e 3% não estão matriculados e 64% não se aplica tal pergunta. (Isso ocorre devido a Família não possuir pessoas em idade escolar que não estejam matriculadas) Esses dados mostram que as famílias não encontram grande dificuldade no acesso a escola, no entanto apresentam uma certa deficiência em completar o ensino fundamental.

Gráfico 06 – Acesso dos agricultores familiares a escola



O acesso aos bens de consumo nas casas das famílias entrevistadas definiu que 98% possuem energia elétrica, 98% possuem água dentro ou próxima de casa, 98% tem banheiro dentro da casa, 98% possuem fogão a gás, 97% tem geladeira, 71% tem telefone e 5% tem computador (Gráfico 07).

Gráfico 07 - Acesso dos agricultores familiares a infra-estrutura e eletro domésticos (%)



As condições de moradia da família identificamos que 45% acham boa e 25% regular.

As condições das famílias chegarem aos mercados mostram que 52% acham bom e 44% acham ruim. Dos que consideram essas condições ruins, a maioria disseram encontrar dificuldades nas estradas que levam até a cidade. A questão da distância das propriedades quase não influenciou nessa percepção, Por se tratarem de municípios relativamente pequenos. Além disso, boa parte da população conta com algum tipo de veículo automotor, o que facilita o deslocamento.

## 6.2. Características de desenvolvimento

A segunda estância que são as características do desenvolvimento que influenciam na qualidade de vida das famílias são: a situação de renda, resultado da produção levando em conta a quantidade de trabalho utilizado, a renda ou ganhos em dinheiro da família, as fontes de renda ou ganhos em dinheiro. Em relação às características de desenvolvimento, o estudo apontou limitações enfrentadas pelos agricultores relacionadas principalmente à baixa diversificação dos sistemas de produção (voltados principalmente para gado de leite) e à baixa adoção de

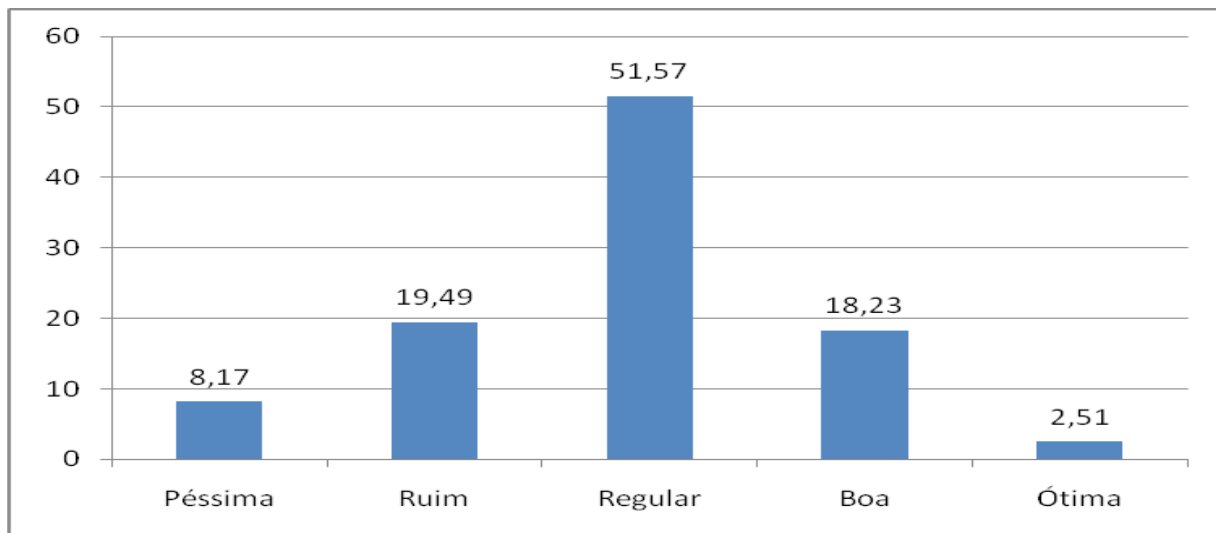
tecnologias (mesmo aquelas mais simples como irrigação, correção e adubação de solos). Essa realidade é ainda mais acentuada entre os assentados em comparação com os agricultores tradicionais e em algumas regiões específicas dentro do território.

A produção maciça do leite e a falta de diversificação da produção pode estar ligada a uma série de fatores. Considerando que o leite é um produto que apresenta uma renda imediata ao produtor e ainda não necessita de uma mão de obra especializada, pode se dizer que ele se apresenta de forma confortável ao produtor. Partindo do princípio que a população rural está relativamente idosa – esse quadro tende a piorar - fica mais evidente que essas pessoas busquem alternativas menos trabalhosas, que possam de certa forma facilitar suas vidas e ainda gerar algum lucro, para incrementar uma aposentadoria existente ou por existir. Uma vez que boa parte da população que habita essas áreas, são aposentadas ou ainda se encontram nesses espaços com essa finalidade. Nesse sentido o leite toma a frente de qualquer outro tipo de produção.

Outro fator que se faz relevante, é o fato de a produção de leite ter um atrativo a mais com relação a produção de frutas, por exemplo: Para se produzir leite, logicamente precisa-se da vaca, e esta se apresenta como mais uma forma de renda imediata para o produtor, tanto na venda dos bezerros quanto na venda da própria vaca em caso de necessidade. Isso não se verifica na produção de frutas.

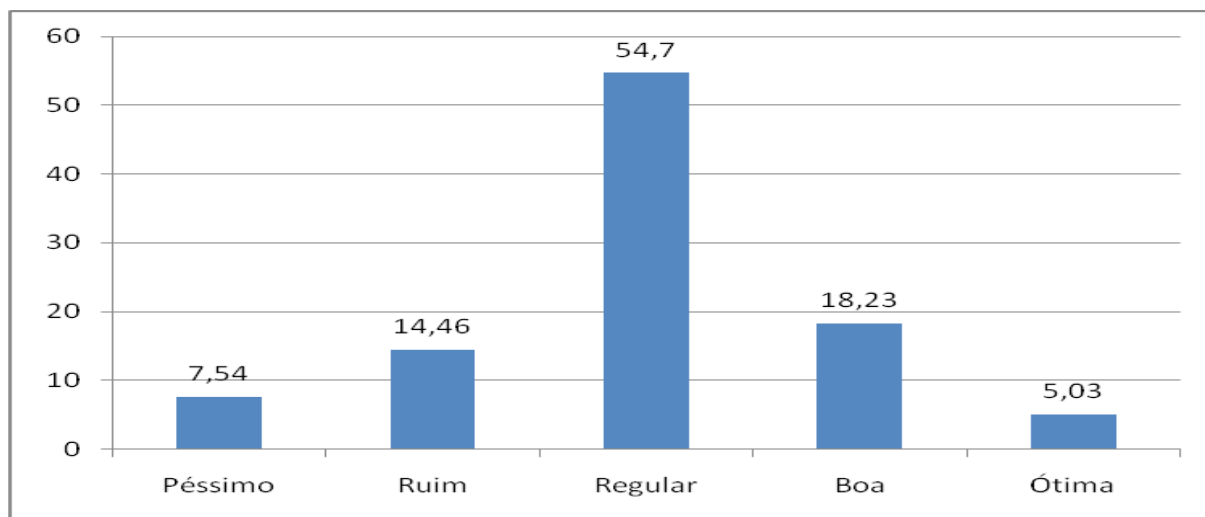
A situação da renda da família de acordo com a opinião dos agricultores coloca que 52% consideram regular (Gráfico 08).

Gráfico 08 – Situação da renda da família (%)



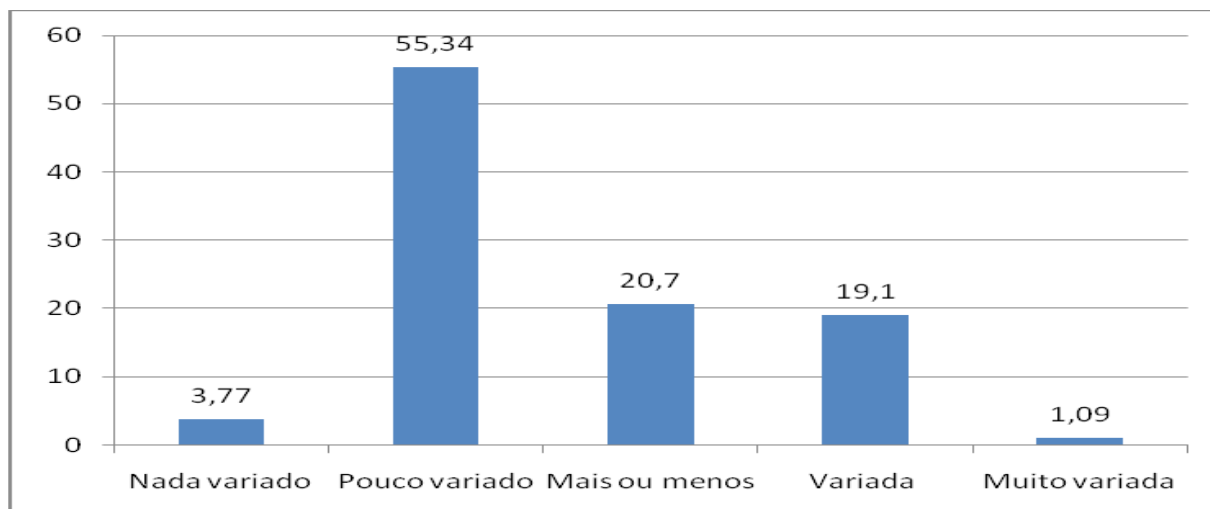
O resultado da produção da propriedade levando em conta a quantidade de mão de obra ou trabalho utilizada para gerar produto, 55% consideram regular (Gráfico 09).

Gráfico 09 – Resultado da produção levando em conta a quantidade de trabalho utilizado



As fontes de renda ou ganhos em dinheiro das famílias entrevistadas especificam que 55% são oriundas de atividades poucas variadas e 1% são oriundas de atividades muito variadas (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Fontes de renda ou ganhos em dinheiro da família



### 6.3. Efeitos do desenvolvimento

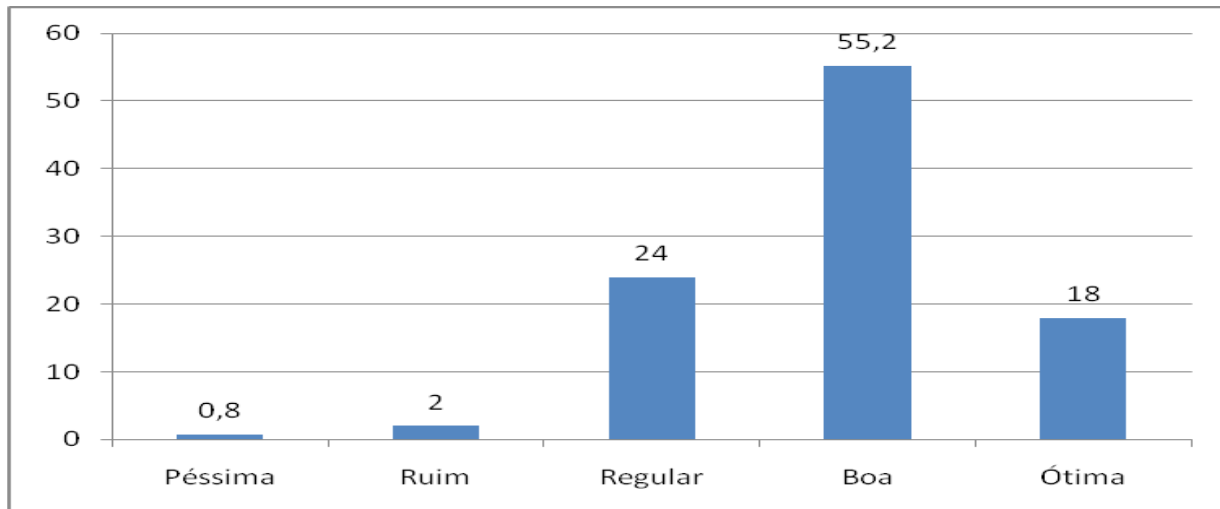
Com relação a instância dos efeitos do desenvolvimento classificamos como elementos importantes para melhorar a qualidade de vida das famílias os seguintes fatores: as condições de alimentação e nutrição, condições de saúde, situação econômica nos últimos cinco anos, e a participação da família em atividades culturais.

Sobre os efeitos do desenvolvimento, o resultado da pesquisa revelou o baixo acesso às políticas públicas, que quando presentes, tendem a reforçar o quadro atual ao promover principalmente o gado de leite (não contribuindo para a diversificação) com o viés de aumento de plantel (não contribuindo para a incorporação de tecnologias para intensificação da produção).

Esses resultados revelam a necessidade de repensar o futuro da agricultura familiar em Goiás de forma a promover seu potencial de contribuir para o desenvolvimento regional. Dois aspectos relevantes a se levar em conta são a diversificação do sistema de produção para incorporar produtos e mercados alternativos e a maior agregação de tecnologias para garantir a competitividade do segmento.

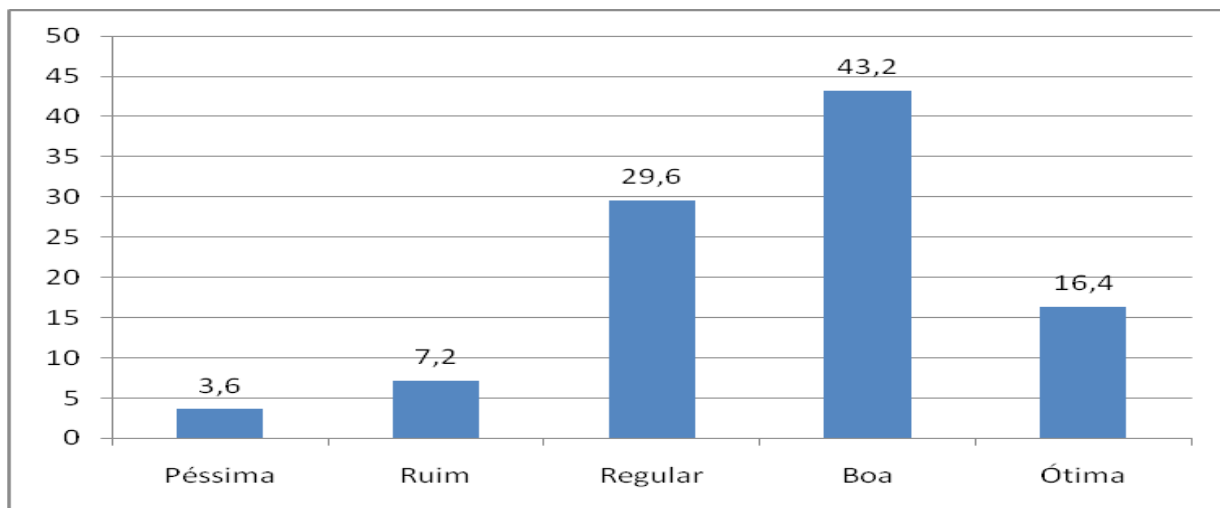
As condições de alimentação e nutrição das famílias consideraram 55% boa (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Condições de alimentação e nutrição da família (%)



As condições de saúde das famílias foram consideradas 43% boa e 29% regular (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Condições de saúde da família (%)



**Conclusão:** Os fatores do desenvolvimento analisados como acesso a bens de consumo, condições de moradia, acesso aos mercados está com uma média regular, e apenas a educação no que se refere ao acesso ao ensino fundamental está ruim, demonstrando que necessita de uma intervenção nesta etapa do processo de aprendizagem para mudar esta realidade.

As características do desenvolvimento que priorizamos como a situação da renda, o resultado do produto gerado pela mão de obra utilizada estão regulares e apenas as fontes de renda são pouco variadas demonstrando baixa diversidade produtiva.

Os efeitos do desenvolvimento como condições de alimentação e nutrição, condições de saúde e condição econômica estão regulares e, apenas a atividade cultural está deficitária, indicando falta de políticas de lazer e cultura para o meio rural.

Assim podemos concluir que a qualidade de vida na percepção das famílias rurais estão em um nível médio de avaliação, demonstrando que a vida no campo não está nem ruim ou ótima, mas a perspectiva de melhoria está em uma avaliação boa ( gráfico que informa a situação econômica nos últimos cinco anos).Existem ainda questões a resolver, como a continuidade da escolaridade dos jovens, que por falta de políticas municipais voltadas a educação do campo se afastam das escolas.

#### **6.4. Comparação das condições de vida dos agricultores familiares com outros domicílios**

As condições de vida das pessoas que ocupam o território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho (Basicamente Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais), são semelhantes, embora com características distintas.

A Agricultura Familiar se encontra num contexto de muitas transformações, principalmente depois de o governo ter feito investimentos que beneficiem este público. Analisando os dados do ICV (Índice de Condições de Vida) no que se refere ao acesso à Assistência Técnica, do crédito para financiamento da produção, do acesso a infraestrutura e bens de consumo observamos que não houve diferenças entre a agricultura familiar e os agricultores empresariais.

Em relação à educação identificamos em comum que quase todos os membros da família estão alfabetizados e que ocorre um baixo número de pessoas que completarem o ensino fundamental e uma diferença entre os agricultores familiares e os agricultores empresariais no que se refere às pessoas que estão em idade escolar e que não estão matriculados.

Outro fator que chama a atenção é o fato da participação desses públicos em entidades da sociedade civil, visto que os Agricultores Familiares encontram-se necessariamente mais organizados dentro dessas entidades o que de fato pode explicar o maior acesso a recursos do

Governo. Assim identificamos no ICV algumas diferenças dos Agricultores familiares e Agricultores empresariais que classificam como boa e regular sua participação em organizações comunitárias e culturais, e somente em relação aos trabalhadores rurais que colocam que grande parte está ruim.

Partindo do princípio que os Trabalhadores Rurais são em sua grande maioria assalariados nota-se certo conforto com relação aos índices de contentamento inerente a renda desse público, uma vez que o salário fixo é, segundo eles, um meio seguro de adquirir renda e estabilidade financeira, embora essa estabilidade não se estenda muito além dessa percepção.

Em relação aos agricultores familiares percebe-se uma valorização dos produtos no meio rural contribuindo para um aumento de renda e conforto. Através do ICV sobre os membros da família que deixaram o estabelecimento, identificamos uma diferença entre os membros da família dos Agricultores familiares e trabalhadores rurais onde, grande parte não abandonou o estabelecimento, enquanto os Agricultores empresariais colocam que boa parte deixou o estabelecimento e não houve diferença na média de pessoas que moram e trabalham no estabelecimento.

Nos últimos anos percebe-se que houve uma significativa melhoria nos salários das pessoas que se dispõem a prestar serviços em áreas rurais. Isso aconteceu pelo fato de existir maior demanda de emprego nas áreas urbanas, por exemplo, na forma de confecções que empregam nas áreas urbanas e conseqüentemente afasta o trabalhador do campo.

Isso explica em parte a escassez de mão de obra nas áreas rurais, que gerou o aumento significativo dos salários nessas. Talvez esteja aí a explicação para o grande contentamento dos trabalhadores rurais com seus salários e sua renda. Também identificamos uma diferença sobre a situação econômica nos últimos cinco anos, que segundo o um terço dos agricultores empresariais entrevistados piorou, enquanto esta mesma margem para o agricultor familiar não mudou.

Um fato que assemelha os dois públicos é a questão do lazer, que por sua vez se faz praticamente inexistente nesses espaços – falta de uma política pública que fortaleça essa atividade.



## **7. Análise integradora de Indicadores e Contexto**

Essa análise é feita focada no desenvolvimento da agricultura familiar no Território. Para sua realização, foram considerados principalmente os resultados das pesquisas do ICV e de um relatório adicional preparado e aplicado pela equipe da Universidade Federal de Goiás (UFG). Essa seção serve principalmente no sentido de reconhecer a importância do segmento da agricultura familiar, apontar seus principais desafios e tecer sugestões de políticas públicas voltadas para o Território.

O estudo revelou o desenvolvimento regional promovido pela agricultura familiar que conta com número significativo de agricultores, com produção significativa de alimentos e com situação fundiária e condições de trabalho consolidadas. Mas também indicou limitações enfrentadas relacionadas principalmente à baixa diversificação dos sistemas de produção (voltados principalmente para gado de leite) e à baixa adoção de tecnologias (mesmo aquelas mais simples como irrigação e correção e adubação de solos).

Essa realidade é ainda mais acentuada entre os assentados em comparação com os agricultores tradicionais e em algumas regiões específicas dentro do território. Finalmente, o estudo revelou o baixo acesso às políticas públicas que, quando presentes, tendem a reforçar o quadro atual ao promover principalmente o gado de leite (não contribuindo para a diversificação) com o viés de aumento de plantel (não contribuindo para a incorporação de tecnologias para intensificação da produção).

Esses resultados revelam a necessidade de repensar o futuro da agricultura familiar em Goiás de forma a promover seu potencial de contribuir para o desenvolvimento regional. Dois aspectos relevantes para ser tomados em conta são a diversificação do sistema de produção para incorporar produtos e mercados alternativos e a maior agregação de tecnologias para garantir a competitividade do segmento.

### **7.1. Importância da agricultura familiar em Goiás**

Os resultados revelam que a agricultura familiar em Goiás tem grande potencial para contribuir com o desenvolvimento regional. O segmento é numericamente bastante significativo tanto em se tratando de agricultores tradicionais como de assentados e tem contribuição relevante para a produção de alimentos no Estado. Adicionalmente esses agricultores contam com situação fundiária e condições de trabalho consolidadas, que garantem segurança para o agricultor investir em sua propriedade.

### ***7.1.1 – Representatividade***

O Território do Vale do Rio Vermelho (TVRV) conta com 7.287 estabelecimentos familiares ocupando área de 205.225 ha. Embora estejam em maior número que os não-familiares (com mais de quatro módulos fiscais), os agricultores familiares ocupam área significativamente menor. O TVRV representa oito por cento do total de estabelecimentos familiares do Estado, com destaque para os municípios de Goiás e Itapuranga que têm maior número de estabelecimentos familiares. No território é mais representativa a presença de agricultores tradicionais do que de assentados. Dos 16 municípios do território apenas quatro têm assentamentos, embora no município de Goiás exista a maior concentração de assentamentos do Estado (22 assentamentos). Os resultados da Análise integradora de Indicadores e Contexto mostram que existem 4,7 agricultores tradicionais para cada assentado.

Segundo o IBGE (2009), O Estado de Goiás tem 88.436 estabelecimentos familiares ocupando 3.329.630 ha, com média de 37,6 ha por estabelecimento (o setor não familiar, com mais de quatro módulos fiscais, tinha 47.247 estabelecimentos ocupando 22.353.918 ha). Dados da CPT (2010) revelam que existem no Estado de Goiás 13.477 famílias assentadas em 269 assentamentos com área total de 642.000 ha. Assim, estima-se que o Estado tenha 74.959 agricultores familiares tradicionais (não assentados) ocupando 2.687 mil ha. Existem, em Goiás, 13 cooperativas da agricultura familiar filiadas à União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

### ***7.1.2 – Importância econômica***

Considerando a relevância da agricultura familiar para a segurança alimentar destaca-se em Goiás a produção de mandioca (46 mil toneladas por ano), arroz (51 mil toneladas por ano) e leite (886 mil litros de leite de vaca por ano) (IBGE, 2006) (Quadro 2). Em particular a produção de leite chama a atenção por estar conectada a uma cadeia produtiva consolidada e tradicional no Estado. Em área plantada os agricultores familiares de Goiás têm 59 mil ha de lavoura permanente, 178 mil ha de lavoura temporária e 1,5 milhões de ha de pastagem em boas condições (IBGE, 2006).

Com essa produção a agricultura familiar gera trabalho e renda. São 213 mil pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais familiares (139 mil homens e 74 mil mulheres) contra 205 mil pessoas trabalhando nos estabelecimentos não familiares (IBGE, 2006). O segmento da agricultura familiar gera por ano um bilhão de reais principalmente nas atividades de animais de grande porte (R\$ 461 milhões), lavoura temporária (R\$ 269 milhões) e horticultura (R\$ 102 milhões) (IBGE, 2006).

No território do Vale do Rio Vermelho, os agricultores familiares entrevistados informaram que sua situação econômica nos últimos cinco anos melhorou. Os agricultores responderam que sua situação econômica: melhorou muito (8%), melhorou (51%), não mudou (33%), piorou (6%) e piorou muito (2%).

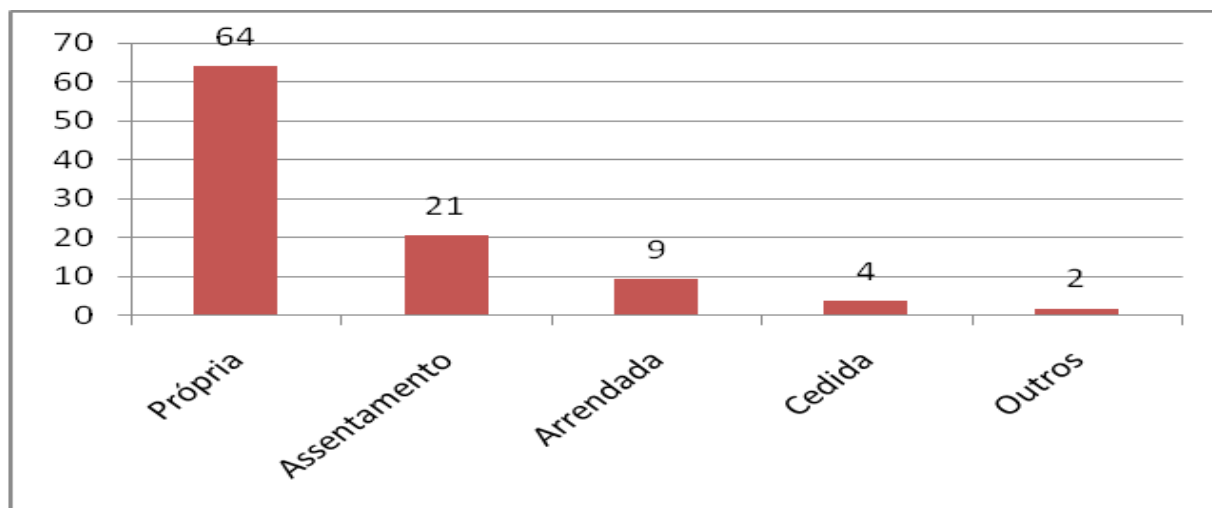
### ***7.1.3 - Situação fundiária***

A maior parte dos agricultores entrevistados no Território do Vale do Rio Vermelho é proprietária de sua terra (Gráfico 13). Desses, 62% compraram sua propriedade e 38% herdaram da família em um sistema tradicional de parcelamento das propriedades entre os filhos. Parte importante dos agricultores é assentada, o que significa que a terra pertence à União até a emancipação do assentamento e pagamento da terra pela família assentada. É relevante ainda o arrendamento de terras por agricultores familiares no território o que sugere a relevância da reforma agrária no Estado.

Os dados para o Estado mostram que, em 2006, os agricultores familiares de Goiás eram divididos da seguinte maneira: 74 mil proprietários, 6,5 mil assentados, 2,6 mil arrendatários, 2,9

mil ocupantes, e 1,9 mil produtores sem área. A partir desses dados é possível afirmar que os agricultores familiares com terra em Goiás têm segurança fundiária para investir no desenvolvimento de sua propriedade, principalmente se comparados com os Estados da Região Norte.

Gráfico 13 – Situação da terra dos agricultores do Território do Vale do Rio Vermelho (Porcentagem)



Fonte: Questionário da UFG

#### **7.1.4 – Condições de trabalho**

Nas propriedades familiares do Território do Vale do Rio Vermelho, em média, trabalham três pessoas (geralmente o casal de pais e um dos filhos). A maior parte da força de trabalho está voltada para a própria propriedade e apenas uma parcela pequena dos estabelecimentos tem moradores que trabalham exclusivamente fora da propriedade. Esses dados indicam que os agricultores mantêm o enfoque na atividade agropecuária embora algumas famílias também lancem mão de outras fontes de trabalho.

Moradores trabalhando dentro e fora do estabelecimento foram particularmente relevantes nos assentamentos, principalmente naqueles recém-criados, onde o trabalho fora funciona como uma fonte inicial de recursos para a família assentada. Entre os assentados 44% dos domicílios tinham membros trabalhando dentro e fora do estabelecimento e entre os agricultores tradicionais esse

número ficou em 24%. Os domicílios com pessoas trabalhando apenas fora representaram 12% tanto entre os assentados como entre os tradicionais.

O acesso dos agricultores à infraestrutura e recursos também indicam um potencial significativo para a produção. Os agricultores entrevistados indicaram: 99% ter acesso à energia elétrica, 99% com acesso à água dentro ou próximo de casa, 72% ter acesso a telefone (fixo ou celular). O menor indicador foi de acesso a computadores, presente em apenas 5% das propriedades entrevistadas.

## **7.2. Sistemas de produção existentes**

Os dados revelam a baixa diversificação dos sistemas de produção dos agricultores familiares, com concentração de atividades em torno do gado leiteiro. A renda auferida de sistemas de produção pouco diversificados se mostrou menor que a renda de sistemas mais diversificados.

### ***7.2.1 – Atividades desenvolvidas e área ocupada***

Do total de 144 agricultores entrevistados no levantamento da UFG (realizado junto com o ICV), 134 criam gado para a produção de leite, apenas nove fazem horticultura, 24 fazem fruticultura e 140 têm quintais. O resultado sugere baixa diversificação dos sistemas de produção da maior parte dos agricultores e a concentração de atividades na criação de gado de leite. A área é destinada apenas para gado de leite em 109 agricultores (sem horticultura e fruticultura), para gado de leite e horticultura (sem fruticultura) em seis agricultores e para gado de leite e fruticultura (sem horticultura) em 21 agricultores. Apenas três agricultores têm sistemas de produção altamente diversificados incluindo gado de leite, horticultura e fruticultura.

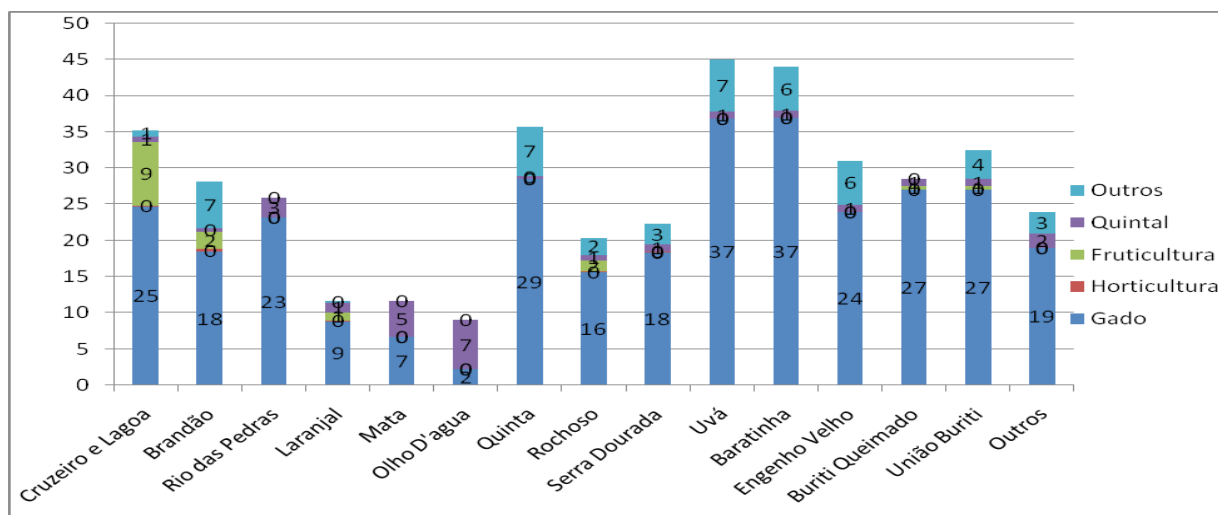
A concentração na atividade leiteira é maior entre os assentados. 88% dos assentados têm a propriedade destinada apenas para gado de leite enquanto que, entre os agricultores tradicionais essa porcentagem é de 79%. A maior concentração na atividade leiteira no assentamento pode ser explicada pelo fato de que parte significativa dos assentamentos do Estado foi criada em fazendas com capim formado e também pelo fato da criação extensiva de gado, a princípio, ser de manejo mais fácil e demandar menos mão-de-obra.

As propriedades têm, em média, 25,8 ha destinados da seguinte maneira: 19,5 ha para gado, 0,1 ha para horticultura, 1,1 ha para fruticultura e 1,4 ha para quintas. Considerando apenas os agricultores que desenvolvem a atividade em questão, as áreas médias destinadas são: 20,9 ha para gado, 1,1 ha para horticultura, 6,6 ha para fruticultura e 1,5 ha para quintais.

Os assentados têm áreas médias maiores que os agricultores tradicionais, respectivamente 34,1 ha e 27,9 ha. Ressalta-se ainda a ausência de atividades de horticultura e a baixa quantidade de fruticultura nos assentamentos em relação aos agricultores tradicionais. Esses dados ressaltam que a baixa diversificação do sistema de produção é ainda maior nos assentamentos do que nas propriedades tradicionais.

O contraste entre os diferentes contextos encontrados no território revela a existência de diversidade significativa de sistemas de produção. O território abriga desde sistemas focados na pecuária leiteira como na região do Uvã (no Município de Goiás) até sistemas mais diversificados como nos casos de Cruzeiro e Lagoa (Município de Uruana), Brandão (Município de Taquaral) e Laranjal (Município de Itapuranga) (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Tamanho e destinação da área para diferentes atividades segundo contexto (em ha)



Fonte: Questionário da UFG

Em relação a diversificação foi colocado pelo delegado do MDA do estado de Goiás que no território do Vale do Rio Vermelho predomina a atividade da pecuária de leite que se tornou uma monocultura aproveitando apenas 30% da capacidade produtiva das propriedades familiares. E a produção existente em grande parte possui um modelo artesanal com dificuldades de inserção no mercado. O território possui condições de começar investimentos em agroindústrias devido a oportunidade das políticas de comercialização do governo federal. Dos investimentos de 450 milhões feito pelo Banco do Brasil 90% foram aplicados na atividade de leite.

### **7.2.2 – Renda**

As propriedades do território conseguem, em média, uma renda anual de R\$ 28.322 com a seguinte composição: R\$ 14.300 do gado, R\$ 292 da horticultura, R\$ 6378 da fruticultura, R\$ 3.580 da aposentadoria e R\$ 3772 de outras fontes (Gráfico 3). Considerando apenas os agricultores que desenvolvem a atividade em questão, as rendas médias anuais são: R\$ 15.367 do gado, R\$ 6.003 da horticultura, R\$ 43.736 da fruticultura, R\$ 9.546 da aposentadoria e R\$ 6.964 de outras fontes.

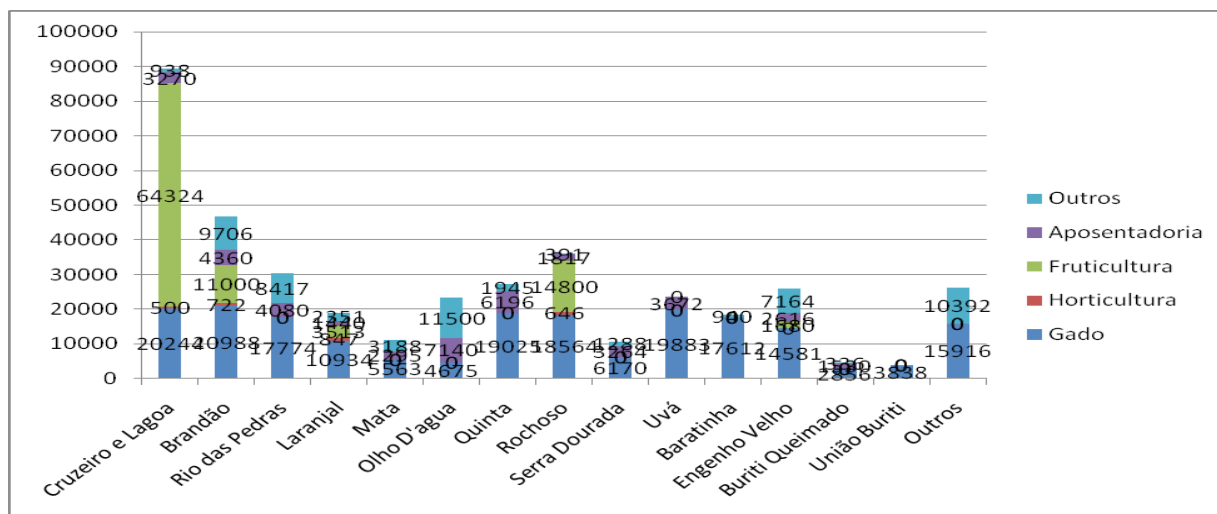
Agricultores mais diversificados têm maiores possibilidades para compor sua renda. No estudo foi identificado que a renda anual agropecuária (excluindo aposentadoria e outros) dos agricultores que tinham apenas gado foi de R\$ 15.903, dos agricultores que tinham gado e horticultura foi de R\$ 24.974 e dos agricultores com gado e fruticultura foi de R\$ 66.507. Apenas dois agricultores tiveram renda das três atividades com média anual de 42.105.

Os assentados têm rendas médias significativamente menores que os agricultores tradicionais, respectivamente R\$ 19.942 e R\$ 36.887. A composição da renda dos assentados também é menos diversificada, concentrada na pecuária leiteira e aposentadoria, sem participação significativa da horticultura e fruticultura. Esses dados sugerem que a tendência de baixa diversificação do sistema de produção maior nos assentamentos tem implicação para a renda dos assentados.

O contraste entre os diferentes contextos encontrados no território revela a existência de diversidade significativa de composição de renda relacionada à diversificação dos sistemas de produção. A região do Uvã (Goiás), centrada na pecuária leiteira, apesar de apresentar a maior área, obteve uma das menores rendas do território, em contraste com regiões com sistemas de

produção mais diversificados como são os casos Cruzeiro e Lagoa (Uruana), Brandão (Taquaral) e Laranjal (Itapuranga) (Gráfico 15). Os dados sugerem que a diversificação do sistema de produção além de estar relacionada à maior segurança do agricultor (que fica menos dependente de uma atividade) também tem implicação na renda alcançada.

Gráfico 15 - Fontes de renda nos diferentes contextos (em R\$)



Fonte: Questionário da UFG

### 7.3. Adoção de tecnologias

Como forma de identificar o grau de utilização de tecnologias básicas de produção, foram levantadas informações sobre a adoção de irrigação e práticas de correção e adubação de solo. Também foi levantada a lotação de pastagem alcançada pelos agricultores que criam gado. Os resultados mostram o baixo grau de uso de tecnologias básicas de produção agropecuária pela maior parte dos agricultores do território.

#### 7.3.1. Uso de irrigação e correção e adubação de solo

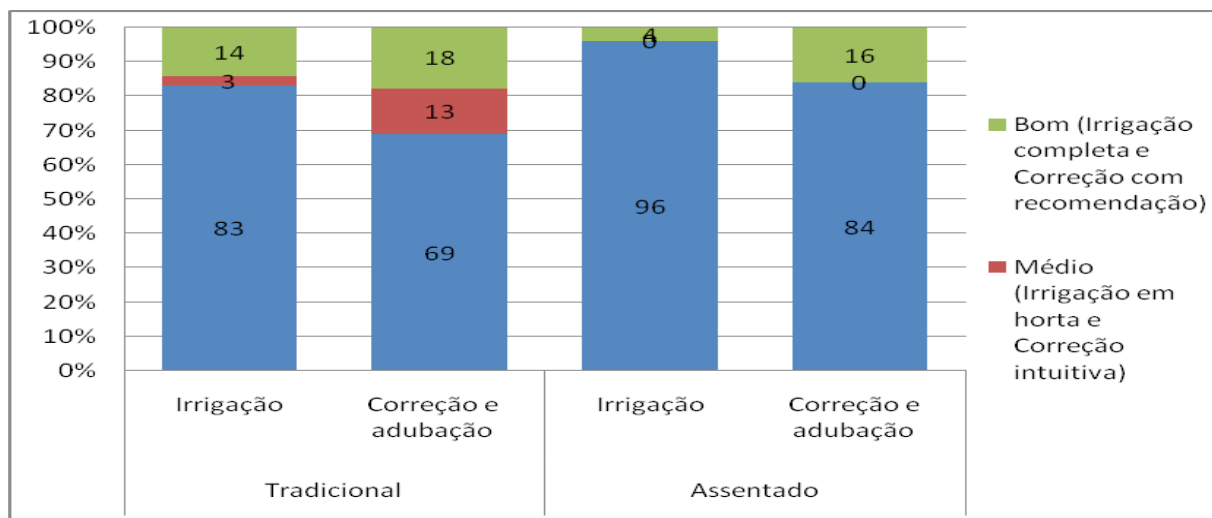
A maior parte dos agricultores se encontram em uma situação rudimentar em relação ao uso de tecnologias de irrigação e adubação do solo. A irrigação é particularmente relevante para o



Cerrado, porque permite produzir na época de seca e aumentando a diversificação do sistema de produção com o cultivo de hortas e frutas. 85% dos agricultores informaram não dominar a irrigação e apenas 13% indicaram conseguir fazer a irrigação completa em sua propriedade (para todas as culturas de interesse). A correção e adubação do solo são práticas que permitem aumentar a produtividade, particularmente para o Cerrado que tem os solos mais pobres do Brasil. 72% dos agricultores não fazem correção e adubação do solo, 11% fazem correção e adubação de acordo com sua intuição e tradição, sem recomendação técnica baseada em análise de solo e apenas 17% fazem correção e adubação de acordo com a recomendação técnica.

Entre os assentados, a porcentagem de adoção de tecnologias básicas como irrigação, correção e adubação de solos é ainda menor. 96% dos assentados não domina os conhecimentos para fazer a irrigação, e conseqüentemente não irriga sua propriedade, e 84% dos assentados não faz correção e adubação de solo nem de forma intuitiva nem a partir da recomendação técnica ou baseada em análise de solo (Gráfico 16). O menor conhecimento e uso de tecnologias agropecuárias entre os assentados pode ser atribuído ao fato de que parte importante das famílias há algum tempo antes de ser assentada não esteve diretamente envolvida com atividades agropecuárias. Essa realidade reforça a importância do assessoramento técnico para esse público.

Gráfico 16 - Porcentagem de agricultores que faz uso de tecnologias de irrigação e correção e adubação do solo



Fonte: Questionário da UFG

### 7.3.2. *Lotação de pastagem*

As práticas de manejo de gado também representam um indicador importante, particularmente para agricultores que têm no gado de leite, a sua principal atividade econômica. Como os agricultores familiares do território têm áreas relativamente pequenas, a lotação de animais por área é um indicador particularmente relevante. A maior parte dos agricultores faz criação extensiva de gado, alcançando baixa lotação de animais por área. No Território, 90% das famílias conseguem criar de 0 a 2 vacas por hectare e apenas 10% das famílias criam de 2 a 4 vacas por hectare. Em geral essas famílias fazem rotação de piquetes e controlam o momento de entrada e saída do gado para permitir o crescimento adequado do capim e também trabalham com volumoso e concentrado como suplementação alimentar para o gado, principalmente na época seca. Os casos de melhor desempenho estiveram entre os agricultores tradicionais já que nenhum assentado informou conseguir lotação superior a duas vacas por hectare.

### 7.4. Acesso e enfoque das políticas públicas

Essa seção busca analisar como o contexto institucional (principalmente as políticas públicas) pode favorecer o desenvolvimento dos agricultores familiares promovendo seu potencial de

contribuir para o desenvolvimento local e apoiando na superação dos desafios existentes. Os resultados revelam a baixa incidência de políticas públicas no território e políticas presentes que tendem a promover a baixa diversificação dos sistemas de produção (ao fomentar principalmente a criação de gado de leite, com pouca atenção às demais atividades) e a baixa agregação de tecnologias (com enfoque principal no aumento de plantel para a criação extensiva).

#### **7.4.1. Educação**

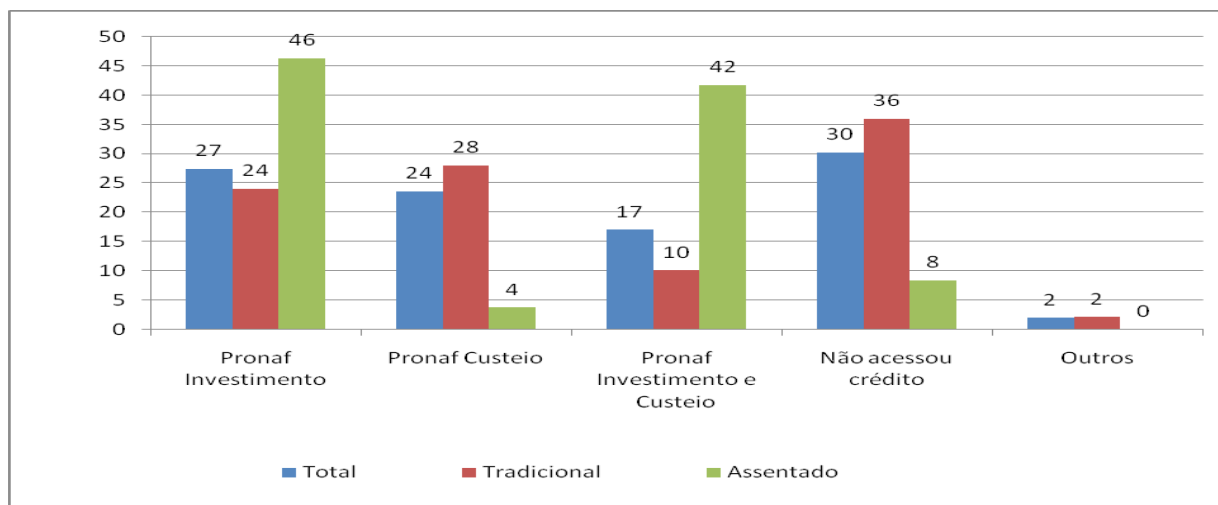
Acesso à educação escolar é um indicador importante, pois indiretamente está relacionado à possibilidade de desenvolvimento futuro da propriedade a partir da qualificação dos agricultores (em particular de seus filhos). Os dados sobre educação mostram uma situação atual preocupante revelando a não erradicação do analfabetismo e o baixo índice de domicílios em que todos completaram o ensino fundamental. É ainda preocupante o indicativo de que apenas 92% (e não a totalidade) dos domicílios têm pessoas com idade escolar e matriculadas. Esses casos de pessoas não matriculadas revelam a baixa probabilidade de qualificação da próxima geração de agricultores.

#### **7.4.2 - Crédito rural**

As políticas de crédito e assistência técnica podem ter um papel significativo na promoção de tecnologias básicas para a produção agropecuária como irrigação, correção e adubação de solo e manejo de gado. Parte importante dos agricultores no território está acessando o crédito rural do Pronaf tanto para investimento como para custeio (Gráfico 17). Entre os agricultores que acessaram o crédito, 90% informaram estar conseguindo pagar o financiamento ao banco. Mas é relevante também o número de famílias que informa nunca ter acessado nenhum crédito oficial. O número de agricultores que informou não ter tido acesso ao Pronaf é muito maior entre os tradicionais (35,7%) do que entre os assentados (9,1%).

Dados do IBGE para Goiás revelam que 76.229 estabelecimentos familiares do Estado (do total de 88.436) não acessaram o crédito rural em 2006. As principais razões indicadas pelos agricultores foram: não precisou (45 mil), por medo de dívidas (13 mil) por burocracia (6 mil).

Gráfico 17 – Acesso ao crédito rural pelos agricultores do território nos últimos cinco anos (tradicionais e assentados)



Fonte: Questionário da UFG

Os dados do Banco do Brasil em Goiás revelam dos R\$ 438 milhões aplicados em Goiás como crédito do Pronaf para a Agricultura familiar na safra 2009/2010, 71% foi destinado para a pecuária leiteira (entre os produtos secundários estão: milho com 10%, hortifruti com 5% e carne com 5%) (BB, 2011). A exceção do Estado é o município de Itapuranga que recebe mais crédito para fruticultura. Os próprios agricultores entrevistados no Território do Vale do Rio Vermelho indicaram ter como prioridade investir em gado de leite. Entre os entrevistados, 61% dos agricultores pretendem investir em pecuária leiteira nos próximos anos. Considerando apenas os que planejam investir (excluindo aqueles que apenas pretendem manter o que tem) o índice de agricultores que pretendem investir em pecuária leiteira chega a 70%. A predileção do agricultor pela pecuária pode ser explicada pelo fato de essa ser uma atividade tradicional na região com cadeia de comercialização estabelecida.

#### 7.4.3 - Assistência técnica e extensão rural

É significativo o número de estabelecimentos que não recebe assistência técnica no território: 36% do total. Entre os que recebem destaca-se a assistência oferecida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater) que mantém seus escritórios em funcionamento em grande parte dos municípios (embora, em geral, com pouca estrutura para ir a campo). Com a desestruturação da Emater, principalmente a partir da década de 1990, o Sebrae assumiu no Estado parte da assistência técnica em campo, principalmente nos assentamentos. Finalmente, destaca-se a relevância das lojas de insumos que passaram a ter um papel relevante no aconselhamento de agricultores que as procuram para a compra de insumos agrícolas. A assistência técnica recebida pelos agricultores, em 72% dos casos foi principalmente voltada para a pecuária leiteira. Pois essa é, geralmente, a especialidade da equipe técnica, a principal atividade do agricultor e seu maior interesse.

Em contraste com os agricultores tradicionais, o acesso dos assentados à assistência técnica é relativamente alto, com 95% das famílias sendo atendidas com visitas nas propriedades. O dado indica que o governo federal está garantindo o apoio ao desenvolvimento dos assentamentos no Estado. A informação preocupante é alto índice de famílias tradicionais que não recebem atendimento, 44% do total. Das famílias tradicionais atendidas, 30% recebem assistência na propriedade e 26% recebe assistência apenas no escritório na cidade. Esse dado indica uma baixa atenção aos agricultores tradicionais no território.

Sobre a ATER o delegado do MDA coloca que a assistência técnica da EMATER esta focada apenas na elaboração de projetos. Por isto hoje as lojas de insumos fornecem assistência melhor do que a EMATER.

#### ***7.4.4 – Políticas de comercialização***

As políticas de comercialização podem ter papel significativo na promoção da diversificação dos sistemas de produção. A maior parte dos agricultores do território vende para atravessadores (73%) e uma parte muito pequena já está conseguindo comercializar por meio da política do governo federal de apoiar a compra institucional da agricultura familiar via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (PAA) ou pela prefeitura para a merenda escolar (PNAE). No

território, a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (Cooperafi) é a única a comercializar com os dois programas.

O baixo acesso dos agricultores às políticas de mercados institucionais pode ser considerando natural uma vez que é uma política recente. Mas para o futuro, um dos desafios para a massificação das compras institucionais está relacionado à organização dos agricultores familiares. A maior parte (44%) dos agricultores do território indicou não estar vinculada a nenhuma forma de organização formal. Entre os agricultores vinculados, 27% são sindicalizados, 24% são associados, 5% são cooperados e 1% faz parte do movimento social. Outras razões para a baixa adesão aos programas de compra institucional incluem desafios para atendimento dos critérios da inspeção sanitária e capacidade dos municípios em implementar o programa.

## **Conclusão**

O estudo confirmou a importância da agricultura familiar e seu potencial para o desenvolvimento regional. O segmento engloba um número significativo de trabalhadores e apresenta uma situação fundiária e condições de trabalho consolidadas. Os resultados revelam que a agricultura familiar em Goiás é bastante significativa tanto em se tratando de agricultores tradicionais como de assentados. Assim, a atividade tem grande potencial de inclusão social no estado, geração de renda e produção de alimentos, garantindo a segurança alimentar.

No entanto, o estudo também indicou limitações enfrentadas pelos agricultores. Os dados revelam baixa diversificação dos sistemas de produção (voltados principalmente para gado de leite) e baixa adoção de tecnologias (mesmo aquelas mais simples como irrigação, correção e adubação de solos e manejo de pastagens). Essa realidade é ainda mais acentuada entre os assentados em comparação com os agricultores tradicionais e em algumas regiões específicas dentro do território. A baixa diversificação do sistema de produção aumenta a vulnerabilidade dos agricultores a mercados específicos (em particular no caso do leite em que há competição direta com fazendas) e esteve relacionada com menor renda para os agricultores. A baixa agregação de tecnologias básicas para a produção agropecuária limita a produtividade e competitividades dos agricultores.

A principal alternativa para promover o desenvolvimento da agricultura familiar são políticas públicas, em particular aquelas voltadas para a promoção de produtos e mercados alternativos (evitando competição direta com empresas) e da maior competitividade dos agricultores. Nesse sentido está política de apoio à comercialização com papel importante na promoção da diversificação das atividades produtivas e as políticas de crédito e assistência técnica com papel na promoção de tecnologias no campo. O estudo revelou que as políticas públicas têm baixa incidência no território e enfoque que tende a agravar a baixa diversificação do sistema de produção e a baixa agregação de tecnologias de produção agropecuária. A política de comercialização ainda tem baixa adesão no território e as políticas de crédito e assistência técnica, que têm maior capilaridade (particularmente nos assentamentos), têm promovido principalmente a pecuária leiteira (não contribuindo para a diversificação) com o viés de aumento de plantel (não contribuindo para a incorporação de tecnologias para intensificação da produção).

Esses resultados revelam a necessidade de repensar o futuro da agricultura familiar em Goiás de forma a direcionar seu desenvolvimento para direções estratégicas promovendo seu potencial de contribuir para o desenvolvimento regional. O cenário atual, portanto revela, a baixa valorização da atividade familiar e alta demanda de profissionais ligados á área. Sem a devida atenção, existe o risco do segmento ser levado pelas tendências de mercado e pelo marco institucional estabelecido para um perfil de dependência de uma atividade com pouca agregação de valor. É necessário ainda estimular a diversificação dos sistemas de produção, para incorporar produtos e mercados alternativos, e a maior agregação de tecnologias, para garantir a competitividade do segmento.

## **8. Propostas e ações para o território**

**8.1 – Sistemas de produção familiar** – Caracterização dos sistemas de produção dos agricultores familiares (indicando atividades produtivas, renda, agregação tecnológica) e das políticas agrícolas incidentes (incluindo políticas de promoção de mercados alternativos e políticas de promoção agregação tecnológica). O levantamento permite identificar os principais potenciais e desafios dos agricultores e contrastar os resultados com as políticas públicas vigentes produzindo sugestões para o enfoque das políticas. Trata-se de um aprofundamento do ICV com dados absolutos. O enfoque permite ainda contrastar diferentes contextos dentro do

território (se inserir no questionário ou ICV o nome da comunidade ou assentamento visitado) e também contrastar a realidade dos assentados com os agricultores tradicionais. Esse trabalho foi feito de forma experimental pela UFG (com questionário aplicado em paralelo ao ICV) e parte dos resultados está apresentada na seção 7 desse relatório.

**8.2 - Iniciativas promissoras do território** – Levantamento de iniciativas existentes no território que apontam caminhos de desenvolvimentos e que podem servir de exemplo para que segmentos e projetos direcionem as políticas públicas e o enfoque do território. A caracterização e a socialização dos elementos que levaram ao sucesso da iniciativa pode servir de inspiração para diferentes atores do território buscarem seguir caminhos semelhantes. Essas iniciativas incluem:

- Iniciativas implantadas pelos agricultores do território – Inclui práticas de produção agropecuária e de recuperação de nascentes
- Iniciativas de organizações representativas - Inclui planejamento produtivo, cooperação comercial, organização social, desenvolvimento de projetos

**8.3 - Enfoques de projetos no território** – Caracterização dos projetos Proinf (e outros) realizados no território e avaliação das experiências de maior sucesso. Passa pelo aprofundamento do questionário Q5 (monitoramento e avaliação de projetos) principalmente buscando levantar quais cadeias produtivas foram priorizadas no território (com número de projetos, valores aplicados e benfeitoria adquirida) e avaliar em quais enfoques houve maiores benefícios para o público beneficiário. É possível iniciar essa análise a partir da leitura das fichas técnicas dos projetos apoiados e aprofundar mediante detalhamento do questionário aplicado ao beneficiário.